

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

WENDELL LEONARDO PEREIRA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 11/12/2015.



IGREJA E SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DO NEOPENTECOSTALISMO NA
REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DOS ANOS DE 1990

Vitória-ES

2015

WENDELL LEONARDO PEREIRA

IGREJA E SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DO NEOPENTECOSTALISMO NA
REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DOS ANOS DE 1990



Dissertação apresentada à Faculdade Unida de Vitória em cumprimento às exigências do Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, na linha de pesquisa Religião e Esfera Pública.

Orientador: Prof. Dr. Wanderley Pereira da Rosa

Vitória-ES

2015

Pereira, Wendell Leonardo

Igreja e sociedade / Uma análise do neopentecostal ismo na realidade brasileira a partir dos anos de 1990 / Wendell Leonardo Pereira. – Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2015.

vii, 67 f. ; 31 cm.

Orientador: Wanderley Pereira da Rosa

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2015.

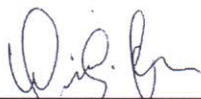
Referências bibliográficas: f. 57-67

1. Ciências das religiões. 2. Religião e esfera pública. 3. Teologia da prosperidade. 4. Ideologia. 5. Neopentecostal ismo. 6. Política. - Tese. I. Wendell Leonardo Pereira. II. Faculdade Unida de Vitória, 2015. III. Título.

WENDELL LEONARDO PEREIRA

IGREJA E SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DO NEOPENTECOSTALISMO NA
REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DOS ANOS DE 1990

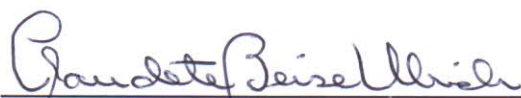
Dissertação para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões no
Programa de Mestrado Profissional em
Ciências das Religiões da Faculdade Unida
de Vitória.



Doutor Wanderley Pereira da Rosa – UNIDA (presidente)



Doutor Cleinton Roberto Perpeto de Souza – UNIDA



Doutora Claudete Beise Ulrich – UNIDA

LISTA DE SIGLAS

AL	América Latina
TL	Teologia da Libertação
TP	Teologia da Prosperidade
ER	Escolha Racional
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
ICAR	Igreja Católica Apostólica Romana
TD	Teoria da Dependência
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
FMI	Fundo Monetário Internacional



AGRADECIMENTOS

*À minha esposa Célia Barbosa e
ao meu filho Leonardo Bruce
grandes incentivadores e
motivadores, a principal razão para
alcançar esse objetivo.*



RESUMO

A pesquisa apresentada tem como objetivo compreender a relação da igreja evangélica neopentecostal com a política e a economia na realidade brasileira. A partir dos anos 1990 o Brasil sofreu mudanças estruturais que atingiram tanto a cultura quanto a política. Os fatores externos e internos no cenário mundial contribuíram para essas mudanças. O neoliberalismo e a pós-modernidade surgem como lados de uma mesma moeda, ou seja, do capital. A teologia da prosperidade e o crescimento das igrejas neopentecostais absorvem valores e ideologias de uma estrutura que visa o lucro. A propagação de tal ideário leva a uma leitura comprometida com a reprodução de tais princípios capitalistas. A reprodução se dá tanto no sentido político-ideológico quanto no sentido cultural. O espaço político após o grande crescimento dos evangélicos passa a ser ocupado por religiosos que manifestam suas convicções reprovando leis contrárias as mesmas em uma postura conservadora. A pesquisa nos permite enxergar a necessidade de um estudo ampliado acerca da relação entre “cidadania e bancada evangélica”.

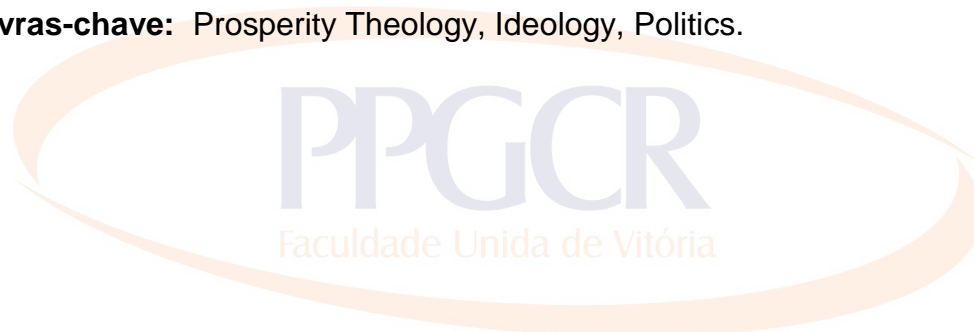
Palavras-chave: Teologia da Prosperidade, Ideologia, Política.



ABSTRACT

The research presented aims to understand the relationship of neo-Pentecostal evangelical church with politics and the economy in the Brazilian reality. From the 1990s Brazil suffered structural changes that have hit both the culture and politics. The external and internal factors on the world stage have contributed to these changes. Neoliberalism and postmodernity come as sides of the same coin, ie the capital. The theology of prosperity and growth of neo-Pentecostal churches absorb values and ideologies of a structure aimed at profit. And this leads to impaired assimilation reading with the reproduction of such ideologies. Reproduction occurs both in the political-ideological sense as in the cultural sense. The political space after the great growth of the evangelical happens to be occupied by religious who manifest their beliefs reproofing laws against the same in a conservative approach. The research allows us to see the need for an expanded study of the relationship between "citizenship and evangelical bench".

Palavras-chave: Prosperity Theology, Ideology, Politics.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 DEFINIÇÕES E DEBATE TEÓRICO	12
1.1 Teorias da Sociologia da Religião e o Paradigma Econômico.....	12
1.2 Secularismo e Assimilação da Lógica do Capital.....	22
1.3 Neopentecostalismo, Neoliberalismo e Pós-modernidade: Unidos por um Ideal ..	28
2 A REALIDADE BRASILEIRA E O CENÁRIO RELIGIOSO	37
2.1 Componentes Históricos Políticos e Sociais do Brasil na Formação Cultural e configuração da Realidade Brasileira.....	37
2.2 Contextos Políticos, Econômicos e Eclesiásticos nos Anos de 1990	45
2.3 A Ideologia Hegemônica sob as Vestes de Religiosidade.....	52
3 A PRÁXIS ECLESIASTICA BRASILEIRA	58
3.1 O Estado Laico e o Discurso Religioso	58
3.2 A Realidade Brasileira e o Contexto Neopentecostal	60
3.3 A Teologia da Prosperidade e a Política.....	63
CONCLUSÃO	76
REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

A Igreja evangélica no Brasil tem crescido numericamente e junto a esse crescimento a visibilidade em canais de televisão, programas de rádio, editoras, gravadoras e portais na internet, que têm exibido incansavelmente os seus conteúdos de fé e mais variados produtos ligados aos mesmos. Na política não é diferente; a bancada evangélica é alvo constante dos noticiários, seja pela defesa de alguma causa de fundo moral, seja por alguma denúncia de corrupção.

Dentre os grupos evangélicos, o foco da pesquisa estará nos neopentecostais, por serem os que têm ocupado os citados espaços de modo mais expressivo e controvertido, e principalmente por sua confissão de fé na Teologia da Prosperidade. A igreja evangélica brasileira, a partir dos anos de 1990 com o notável crescimento e envolvimento em setores ligados ao mercado adota princípios gerenciais de marketing. Tais valores organizacionais reconfiguram a imagem de alguns pastores. O “pastor-empresário” explora a fé, que ao fim do processo visa o produto da força de trabalho do crente, ou melhor, o dinheiro. Nessa relação, a barganha, a linguagem comercial e empreendedora, típica de ambientes comerciais, é utilizada indiscriminadamente, passando a caracterizar os efeitos da Teologia da Prosperidade. A linguagem denuncia o anseio pela capitalização de recursos financeiros, não importando a situação de quem pode fazê-lo, desde que o faça!

O caráter apologético pertinente aos grupos religiosos que detém esses meios de comunicação se mostra nos instrumentos que transmitem sua confissão religiosa de maneira massiva, produzindo grande adesão e socializando assim um discurso moral que chama a atenção. Tal discurso religioso se torna tema presente para os políticos, deste modo, aborto, casamento homoafetivo, descriminalização da maconha e pesquisa com células tronco são discutidos. O crescimento numérico, o discurso moral e a ocupação de cargos públicos demonstram que a igreja evangélica possui força política significativa e por ocupar por todos os seguimentos da sociedade brasileira.

A proposta de investigação considera todos esses fatores e destaca as Igrejas que ocupam os canais de comunicação e poder econômico, posto que essas são as que mais cresceram nos últimos anos. Tais igrejas podem ser classificadas como neopentecostais e possuem como principal ênfase a conhecida Teologia da

Prosperidade. Com o crescimento econômico, numérico da linha neopentecostal e sua atuação na política se faz necessário questionar os pressupostos da sua teologia: Que matriz teórica fundamenta os pressupostos da Teologia da Prosperidade? Por que uma parcela da sociedade brasileira assimilou a Teologia da Prosperidade ao ponto de atingir o crescimento que possui hoje? A Bancada Evangélica seria um instrumento político para fortalecer o neopentecostalismo ou a Bancada Evangélica serve de instrumento para a reprodução da matriz neoliberal? A política seria uma porta para fortalecer o neopentecostalismo ou estaria ligada a alguma matriz ideológica?

A relevância da pesquisa se dá pela apresentação do cenário social brasileiro, e como a sua formação se tornou receptiva a uma Teologia de prática neoliberal. O liberalismo¹ presente, inclusive na leitura economicista da sociologia da religião de Peter L Berger onde se trabalha o conceito de Secularização e na Teoria da Escolha Racional, que utilizam termos e perspectiva de viés econômico. A diferença entre essas teorias está na crença de Berger que o pluralismo promoveria competição debilitando assim a religião, ao contrário, Stark, proponente da Escolha Racional, afirma que os níveis de compromisso e participação da sociedade seriam ampliados.²

O objetivo no primeiro capítulo é apontar teóricos ligados à religião e detectar rastros dos ideários que fornecem embasamento para a assimilação da lógica e da prática da Teologia da Prosperidade no Brasil. A começar propriamente pela maneira como a sociologia da religião abordou seu objeto de estudo, percebeu-se a influência do chamado “Imperialismo Econômico”, no caso, a insistência em utilizar a linguagem econômica para descrever os fenômenos religiosos. É notado na teoria da Secularização de Peter L. Berger uma reinterpretação do fenômeno. O que

¹ O liberalismo surgiu no século XVIII e Adam Smith foi um dos teóricos de destaque. Esse movimento possuía cunho econômico-político e defendia a liberdade individual, o direito à propriedade privada, a livre iniciativa e concorrência. Após a crise de 1929 o capitalismo passa por uma reconfiguração e muitos países adotam a teoria econômico-política chamada keynesianismo, onde o Estado deveria intervir para promover o pleno emprego. O neoliberalismo surge na década de 1970, no Brasil é adotado na década de 1990 e resgata os princípios liberais e reforça as ideias de que o Estado deve intervir o mínimo possível, posto que o Mercado se “autorregularia”, além de defender as privatizações e a globalização.

² MARIANO, Ricardo. Sociologia da Religião e seu foco na secularização. In: USARSKI, Frank; PASSOS, João Daécio (org). *Compendio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2013. p. 236-237.

permite entender que a religião está em um processo dialético com a modernidade onde ocorre a secularização e dessecularização simultaneamente³.

A secularização é uma formatação que visa manter a plausibilidade, garantir a existência e a relevância de determinado grupo religioso. Esse conceito abrange a distinção das esferas organizacionais, declínio da crença e limitação da religião à esfera privada.⁴ Entrementes, notou-se que a pressão cultural e a dinâmica das transformações sociais impulsionaram uma mudança baseada na ideologia hegemônica neoliberal.

Finalizando o primeiro capítulo, visualiza-se a relação entre o neoliberalismo, pós-modernismo e o neopentecostalismo, onde percebe-se que esses três elementos acabam por servir ao capital. Essa sessão aponta o neoliberalismo como a face política do capital e o pós-modernismo como o lado cultural⁵. Já o neopentecostalismo, é visto como produto de tais elementos que compõe o sistema capitalista.

No segundo capítulo investiga-se a realidade brasileira, analisando os traços culturais que contribuíram para a assimilação da Teologia da Prosperidade no Brasil. Para isso, regata-se bibliograficamente importantes elementos que contribuíram para a formação dos traços culturais no Brasil. Os termos Patrimonialista, Colonialismo, Patriarcalismo, Clientelismo, Modernização Conservadora, Teoria da Dependência são indicadores da realidade brasileira que moldaram o caráter da população ao longo dos séculos.

A aplicação desses conceitos ajuda a entender a década de 1990, período em que se dá a efervescência da Teologia da Prosperidade, momento também em que é consolidada a adesão do Brasil ao Neoliberalismo e marca a hegemonia do Capital, em nível internacional, com a queda do muro de Berlim em 1989, e o fim da Guerra Fria em 1991. No Brasil desse período, temos o que Magali Cunha chama de “A Explosão Gospel”; os contextos político, econômico e eclesiástico são abordados,

³ MARIZ, Cecília Loreto. Secularização e dessecularização: comentários a um texto de Peter L. Berger. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 21(1): 25-39, 2000. p. 26. Disponível em: <http://www.iser.org.br/religioesociedade/pdf/mariz21.1_2000.pdf> Acesso em: 19 jun. 2015.

⁴ BERGER, 1985 apud MARIANO, 2013. p.235.

⁵ CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. A atual ideologia conservadora e o capitalismo contemporâneo: uma crítica à teoria pós-moderna neoliberal. In: Encontro Nacional de Economia, 36, 2008, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: ANPEC, 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807091134410-.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2010. p. 12.

apresentando a movimentação e a prática dos evangélicos nos variados setores da sociedade, como a mídia, a política, e a cultura⁶.

Ao fim desse capítulo, busca-se o entendimento acerca da ideologia por traz da Teologia da Prosperidade. Com o suporte teórico de Gramsci que associa a fé e a política são analisadas e articuladas com à ideologia. É destacado o papel dos Aparelhos Ideológicos do Estado, onde a igreja está alocada.

No terceiro capítulo, a investigação se torna mais voltada para a prática. A influência e a consolidação dos espaços públicos pelos anuentes da Teologia da Prosperidade, a laicidade do Estado e a esfera pública. A Teologia e Política são temas abordados.

Conclui-se que a instrumentalização da religião para o serviço da classe hegemônica pode ser analisada como uma estratégia eficaz para a disseminação ideológica. Analisando a história, podemos considerar um projeto liberal para a nação brasileira. Na colonização e ao longo da história, percebe-se o enraizamento de privilégios pela classe dominante e a utilização de mecanismos para a manutenção do *status quo* que evidenciam uma sociedade inclinada ao favorecimento da elite. Concluindo, é de grande importância ressaltar que existem fatores externos e internos nesse processo, a realidade brasileira, portanto, é analisada como parte de um desenvolvimento sócio-político-histórico cultural de conquista, colonização e exploração. Ainda hoje, palpável e visível, num capitalismo que se reproduz e se recicla, deixando à margem as populações e as minorias étnicas.

⁶ CUNHA, Magali do Nascimento. Protestantismo e Sociedade Brasileira: Caminhos, Descaminhos e Perspectivas da Trajetória Evangélica no Espaço Público. In: ROSA, Wanderley Pereira; RIBEIRO, Osvaldo Luiz (Org). *Religião e Sociedade (Pós) secular*. Santo André/SP: Academia Cristã; Vitória/ES: Editora Unida, 2014. p. 125.

1 DEFINIÇÕES E DEBATE TEÓRICO

1.1 As teorias da Sociologia da Religião e o Paradigma Econômico

A relação entre economia e religião é tema do clássico “A ética protestante e o Espírito do Capitalismo”, de Weber. A economia nos remete à subsistência e conseqüentemente à vida, portanto, apesar de estar ligada à materialidade, é correto afirmar que o corpo necessita do trabalho e do produto do mesmo, por isso, entende-se que uma perspectiva existencial faz parte do entendimento acerca economia.

A religião se ocupa em conceder significado à existência e às questões inerentes à mesma, assim, percebemos que tanto a religião quanto a economia apontam para a vida. Um ponto de contato que mostra o valor de tais temas para a investigação.

A relação entre economia e religião na modernidade tem como relevante expoente o iluminista Adam Smith, teórico clássico da ciência econômica e fundador da teoria econômica moderna, que incluiu a religião em sua interpretação sobre a origem da riqueza. Nesse contexto, o homem é definido como *Homo Economicus*, que busca seus interesses pessoais, visando racionalmente a maior produtividade com o menor esforço. Esse posicionamento lança base para a teoria chamada Escolha Racional⁷. A linguagem usada por Smith era de natureza econômica, portanto, entendia que os sacerdotes ao buscarem adeptos estariam sujeitos à competição e às forças do mercado⁸.

Após as colocações de Smith, a abordagem chamada “Escolha Racional”, também conhecida como “abordagem econômica”, é iniciada, seguindo o mesmo raciocínio, por ocasião da publicação do artigo de Corry Azzi e Ronald Ehrenberg intitulado “Alocação doméstica do tempo e frequência à Igreja”, no qual se aborda a ideia do pós-vida em gozo eterno depois do desgaste pela subsistência no plano

⁷ Teoria econômica que defende a racionalidade econômica das ações. Tal conceito nos remete ao *Homo Economicus* que considera o melhor resultado com o menor esforço.

⁸SCHLAMELCHER, Jens. Teorias econômicas no estudo da religião. In: USARSKI, Frank; PASSOS, João Daécio (org). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2013. p. 257.

material. Eles concluem que o pobre investe na vida eterna com base em suas atividades religiosas, e os ricos, com suas doações⁹.

As considerações iniciais de Smith ocorreram no século XVIII, momento em que a economia delineava seu espaço e estreitava sua relação com o ser humano, além de buscar reflexão acerca do egoísmo em sua relação com a economia. Após o desenvolvimento desse ideário, temos uma cisão da economia com a moral¹⁰.

Já no século XX, nos anos 90, os primeiros artigos da tradição da “Escolha Racional” foram escritos, tendo um panorama traçado pelos sociólogos Rodney Stark e Roger Fink, os quais promoveram e consolidaram essa linha de pensamento. Esse pensamento tem como inspiração a teoria Clássica e Neoclássica. Os seguidores dessa nova abordagem ou desse “novo paradigma” substituíram a teoria da secularização, muito popular nos anos 60.¹¹

A visão neoclássica da “Escolha Racional” (doravante ER), usada para a leitura da religião, desconsidera o aparelhamento ideológico da mesma para a manutenção do poder de determinada classe. Sua base teórica não permite adentrar ao campo da luta de classes, no máximo visualiza conflitos, visto que a sociologia utilizada é baseada em Durkheim e Weber.

Sumarizando sua teoria de linhagem liberal, Laurence Iannacone, Roger Fink e Rodney Stark defendem taxativamente que a desregulação estatal da religião, a liberdade, o pluralismo e a competição religiosos estimulam o ativismo, a militância, a eficiência e o vigor do trabalho realizado das organizações religiosas. Tais fatos e ações, a seu ver, resultariam na oferta de maior volume, diversidade e qualidade de seus bens e serviços religiosos, no atendimento de maior amplitude de demandas e preferências religiosas, bem como na elevação do recrutamento de adeptos, da mobilização e da participação religiosas da população¹².

A teoria da Escolha Racional (ER), cuja matriz liberal faz uso de termos próprios da economia para descrever e compreender o fenômeno religioso, analisa as instituições religiosas como entidades mercantilistas que oferecem seus serviços ao público. A concorrência, assim como no sistema capitalista, passa a resultar em melhor qualidade da mercadoria, afinal, um produto de baixa qualidade acaba por perder espaço no mercado ou pode até mesmo desaparecer.

⁹SCHLAMELCHER, 2013, p.257.

¹⁰ AVILA, Róberlturriet. Construção do homo economicus e a sua necessária desconstrução, *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 309-336, dez. 2014. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios>>. Acesso em: 19 jun. 2015. p.329.

¹¹ SCHLAMELCHER, 2013, p. 258.

¹² MARIANO, 2013, p.237.

A teoria da Escolha Racional de Stark deixa de lado princípios importantes. A racionalidade utilizada por ele omite leis sociológicas acerca das atitudes racionais e os valores. A noção de racionalidade utilizada por Stark direciona a ação econômica, mas de acordo com o pensamento weberiano é contrária a dinâmica da religião. Na religião a recompensa está para o um ambiente extramundano, e muitos valores e crenças são praticados independente dos custos envolvidos. A similaridade em relação a racionalidade econômica objetiva está no caráter instrumental e na exclusão de normas e valores.¹³ Mariano aponta

O lado problemático está no tipo estrito de racionalidade que supostamente anima as escolhas e os comportamentos religiosos. Constitui sério limite da teoria da escolha racional da religião sua ferrenha disposição de trabalhar apenas com uma forma restrita de racionalidade, a instrumental ou maximizadora, por meio da qual procura enfeixar crenças, práticas e compromissos religiosos, tratando-os invariavelmente como ações auto-interessadas¹⁴.

O altruísmo e a abnegação ficam de fora da racionalidade proposta por Stark. A religião envolve mais que interesses materialistas. Nota-se a limitação da teoria pela forma de racionalidade apresentada, pois é subjetiva, portanto diferente da racionalidade econômica nesse sentido.

Segundo Berger a concepção ser humano destaca a relação com o universo. “O mundo do homem é imperfeitamente programado pela sua própria constituição. É um mundo aberto. Ou seja, um mundo que deve ser modelado pela própria atividade do homem. [...] O homem precisa fazer um mundo para si”¹⁵. A ideia que segue aponta para a relação dialética do homem para com a sociedade. Nessa visão, o homem cria a sociedade e é criado por ela, pois é entendido como um ser social. Dentre as criações do ser humano, encontramos a religião, que “é o empreendimento humano pelo qual se estabelece um cosmos sagrado. Por sagrado entende-se [...] uma qualidade de poder misterioso e temeroso, distinto do homem, e, todavia, relacionado com ele, que se acredita residir em certos objetos da

¹³ MARIANO, Ricardo. Usos e limites da teoria da escolha racional da religião. *Tempo Social*, pp. 41-66, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 2, 2008, p.44. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n2/03.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

¹⁴ MARIANO, 2008, p. 46.

¹⁵ BERGER, Peter L. *O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da Religião*. São Paulo: Paulus, 1985. p.18.

experiência”¹⁶. O pensamento desenvolvido por Berger quanto à sociologia da religião dá origem à sua teoria da secularização, a mais conhecida no Brasil.

O sociólogo da religião e expoente da “Teoria do Secularismo”, Peter L. Berger, também se apropria das ideias de Weber e Durkheim. A religião está ligada a um tipo de contexto social, portanto, não é de se espantar que em uma sociedade capitalista, as religiões assimilem a linguagem ou os princípios dessa sociedade, pois a religião existe na e da sociedade, afinal.

Entre as teorias da secularização, a mais popular e influente, inclusive no Brasil, foi a de Peter Berger, publicada em *O dossel sagrado* e, por décadas, considerada referência paradigmática na Sociologia da Religião. Segundo Berger, a separação entre Igreja e Estado, ao pôr fim ao monopólio religioso e ao abrir espaço para o avanço do pluralismo, destruiu o ‘dossel’ religioso que englobava e integrava o conjunto da sociedade e, assim, dominava homogênea as consciências individuais. Com isso, o pluralismo religioso desabilitou a religião, ao dissolvê-la como dever e herança tradicional e tornar a pertença religiosa uma questão de livre escolha individual, ao multiplicar as estruturas de plausibilidade religiosa concorrentes e ao promover a relativização, a privatização e subjetivação do conteúdo dos discursos religiosos, tornando-os objeto de ceticismo e indiferença¹⁷.

A separação entre a Igreja e o Estado serviu como um marco para a afirmação de um novo paradigma. No caso da Reforma Protestante, no século XVI, houve uma quebra do monopólio católico, e agora a sociedade não tem uma visão teocêntrica da realidade, mas antropocêntrica, marca do Renascimento e do Iluminismo. Então “a secularização dá origem a novas formas de arte e abre espaço para que mercado e Estado passem a ocupar o lugar reservado ao religioso. Assim, torna-se possível a compreensão e a apropriação do mundo sem intermediários do sagrado”¹⁸

A concepção de mundo é uma construção social. Tal construção quando desfeita provoca “anomia indizível”¹⁹. Ou seja, a perda de significado compromete a ordem social estabelecida. O que gera um resultado de difícil descrição conforme o pensamento de Berger. A plausibilidade está ligada a essa realidade, que é constituída a partir da visão de mundo de determinado grupo. Esse conceito é aplicado ao contexto religioso e faz parte da definição de secularização utilizada por Berger.

¹⁶ BERGER, 1985, p. 18.

¹⁷ MARIANO, 2013, p.236.

¹⁸ FONSECA, Alexandre Brasil. *Relações e Privilégios: estado, secularização, e diversidade religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos Editora, 2011. p.15.

¹⁹ BERGER, 1985, p. 59.

Para manter-se relevante e não cair em caducidade a religião deve manter a sua importância. A atualização da linguagem de acordo com as mudanças da sociedade faz parte desse processo. O conteúdo é o mesmo, mas a forma torna-se secularizada sob influência das estruturas sociais

A realidade do mundo cristão depende da presença de estruturas sociais nas quais essa realidade apareça como óbvia e em que sucessivas gerações de indivíduos sejam socializadas de tal modo que esse mundo será real para eles. Quando essa estrutura de plausibilidade perde a sua integridade ou a sua continuidade, o mundo cristão começa a vacilar e sua realidade deixa de se impor como verdade evidente²⁰.

A plausibilidade nos fala do que é aceitável, a perda ou a desconstrução da mesma põe em risco a concepção de mundo de determinado grupo ou sociedade. Nesse processo as legitimações sociais servem como suporte para a religião. Deste modo, uma forma de estrutura é criada, portanto “quanto mais firme a estrutura de plausibilidade, mais firme o mundo ‘baseado’ nela”²¹.

A visão de Berger é baseada na sociologia clássica. Os conceitos de teóricos como Durkheim, Weber e Marx compõem seu pensamento. O que resulta em uma metodologia eclética. O conceito de secularização em Berger é divergente, devido a fundamentação teórica, da linha da Escolha Racional²² de Stark, de base liberal e idealista, como veremos adiante.

Quanto à mercantilização da religião, é perceptível, o sentido do argumento partindo do conceito de *Homo Economicus*, que descreve a motivação para ação do homem por meio de suas necessidades e desejos, por isso “[...] esforçam-se por obter a máxima satisfação por meio dos menores custos”²³. O homem age por sua sobrevivência. Essa motivação advinda da natureza humana move tanto a religião quanto a economia.

Diante da realidade exposta, é importante destacar uma teoria que lança luz à ideia de mercantilização. O fetichismo da mercadoria é oportuno em termos teóricos e comparativos entre os sociólogos clássicos utilizados por Berger.

²⁰ BERGER, 1985, p. 59-60.

²¹ BERGER, 1985, p.60.

²² O termo “Escolha Racional” refere-se à Teoria da Escolha Racional da religião que tem como referência o pensamento de Stark. Sua perspectiva de racionalidade é restrita e difere da racionalidade econômica nesse sentido. Stark desconsidera o altruísmo religioso e o desapego material praticado por religiosos.

²³ SCHLAMELCHER, 2013, p. 262.

Na teoria do fetichismo temos a crítica ao transcendente nas relações sociais. Essa perspectiva é comum tanto a Karl Marx quanto a Max Weber. Todavia, percebem a transcendentalidade de modo oposto. Em Marx a análise desemboca no “reino da liberdade”, que é negado por Weber, que por sua vez entende o transcendente como o fetiche, conceito formulado pelo próprio Marx.²⁴

O marxismo mostra-nos que o desejo está ligado à ideia de fantasia, ao fetiche e, por isso, o consumidor adquire a mercadoria para saciar uma necessidade física ou um fetiche (fantasia), que é a atribuição ideologizada das expectativas do ser humano. A ideia da vida após a morte e da felicidade futura nos remete à noção de que a transcendentalidade se encontra em diferentes contextos religiosos como algo inerente ao homem.

Berger se apega ao Fato Social²⁵ de Durkheim e ao conceito de religião como criação do homem, além da teoria construtivista da Sociedade. A religião, conforme o Título do livro de Berger sugere, é um “Dossel Sagrado”, que assegura a estabilidade da sociedade ao transcender e ao transferir o problema da legitimação para uma esfera transcendente em que ela não pode ser questionada. “A religião legitima de modo tão eficaz porque relaciona com a realidade suprema as precárias construções da realidade erguidas pelas sociedades empíricas.”²⁶

O homem constrói a religião e o mundo por meio da linguagem. Tal necessidade encontra na religião um mecanismo mediador entre o transcendente e o material. “A religião supõe que a ordem humana é projetada na totalidade do ser. Ou por outra, a religião é a ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo”²⁷. Assim, se faz a leitura da realidade sob perspectiva religiosa. Peter Berger alinha-se a Feuerbach ao que dizer que “[...] a religião em si é uma construção social; mas por meio da alienação, ela recebe o caráter de um ‘Fato Social’ de uma sociedade objetiva”²⁸. O próprio Feuerbach quanto a religião reitera “[...] a religião nega o homem como ser ativo. Mas [...] trata-se de uma negação aparente, se se leva em conta a essência antropológica da religião.”²⁹ A ideia do Deus todo-poderoso que transforma água em vinho coloca o homem em

²⁴ HINKELAMMERT, Franz J. *Crítica à Razão Utópica*. São Paulo: Paulinas, 1988. p.183.

²⁵ Conceito da sociologia de Durkheim que considera como bases coercitividade, objetividade e a exterioridade presentes na cultura de uma sociedade.

²⁶ BERGER, 1985, p. 45.

²⁷ BERGER, 1985, p. 41.

²⁸ SCHLAMELCHER, 2013, p. 260.

²⁹ VÁZQUEZ, Sánches Adolfo. *Filosofia da Práxis*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p.104.

uma situação de passividade, pois o milagre sacia a necessidade humana sem esforço. A práxis religiosa como atividade operante e produtora em Feuerbach é entendida no campo subjetivo³⁰. A subjetividade nos remete ao campo das emoções e percepções e é parte constitutiva do ser humano. “A religião serve, assim, para manter a realidade daquele mundo socialmente construído no qual os homens existem nas suas vidas cotidianas”³¹. Por isso, a experiência religiosa faz parte do homem.

O processo de mercantilização teve início com a Reforma Protestante de 1517. Após a instituição da Reforma, deu-se início à pluralização religiosa e a partir daí o processo de manutenção de plausibilidade da religião cristã. A pluralização é uma expressão da secularização que levou à mercantilização. “O processo de secularização inclui o processo de mercantilização da religião”³². A lógica de mercado é assimilada pelo ambiente religioso.

O pluralismo³³ nas instituições religiosas é um fator que contribui para a queda de monopólios da fé, portanto, não se considera a fidelidade como garantia. Uma certa dinâmica e fugacidade se instalou com o processo de mercantilização religiosa. A “clientela” não se sente obrigada a pagar. O ambiente pluralista é análogo ao mercado e à tradição das instituições religiosas como bens de consumo. Nessa situação parte da atividade religiosa é dominada pela lógica do mercado³⁴.

A linguagem mercantil empregada para se entender a lógica religiosa, que está estruturada de modo subordinado à lógica mercantil, revela-nos a possibilidade de compreensão do fenômeno religioso sob uma perspectiva idealista³⁵. A pluralidade do ambiente liberal é adequado ao desenvolvimento do capitalismo.

De acordo com Berger, a religião está presa a um círculo e se atualiza ao fim de cada processo. “[...] A religião, na modernidade, está condenada a um círculo

³⁰ VASQUEZ, 2011, p.106.

³¹ BERGER, 1985, p. 55.

³² SCHLAMELCHER, 2013, p.260.

³³ O pluralismo citado nos remete ao tempo da Reforma no século XVI quando a hegemonia Católica fora confrontada. Esse marco significou liberdade para pensar fora da perspectiva religiosa. O que permitiu o avanço do humanismo e do Iluminismo com o desenvolvimento de vários pensamentos. Contudo, considera-se que o pluralismo sempre esteve presente e a tentativa de homogeneizar os povos sufocando o pluralismo era uma forma de conquistar a hegemonia.

³⁴ BERGER, 1985, p. 149.

³⁵ O sentido do termo “Idealista” aqui empregado nos remete a percepção de uma realidade criada a partir de conceitos liberais em oposição ao materialismo histórico.

vicioso: a secularização leva ao pluralismo, o qual leva à mercantilização, a qual leva ao crescimento da secularização”³⁶.

Em sua teoria da secularização, Berger também faz uso dos termos próprios da economia, como na teoria da ER. Todavia, a teoria da secularização como processo histórico é sintetizado em três proposições distintas: “(1) ‘secularização como diferenciação de esferas seculares das instituições e normas’; (2) ‘secularização como declínio das crenças e práticas religiosas’; (3) ‘secularização como marginalização da religião para a esfera privada’”³⁷.

O uso do mercado como paradigma pelas teorias utilizadas sinaliza os caminhos divergentes para a compreensão do fenômeno religioso. Em comum as teorias têm como fundamento o mercado.

Embora tanto Peter Berger como Stark, Finke e Iannaccone ressaltem em seus trabalhos a importância do mercado para a dinâmica religiosa contemporânea, suas perspectivas acerca de seu funcionamento e especialmente de suas consequências para a religião são tão diferentes (e até antagônicas) que se torna difícil compreendê-los como pertencendo ao mesmo “paradigma do mercado”³⁸.

Na ER prevalece a ideia de que todo contexto social pode ser compreendido como se fosse um mercado e seguindo as principais noções da teoria econômica do mercado. A teoria da ER, que surgiu nos anos 1980, apresenta uma crítica à teoria da secularização. A chave para a mudança foi o apontamento inverso feito por Berger quanto à pluralização.

A proposta de inversão da ideia central da teoria da secularização de Berger por Stark retirava das ideias de “pluralismo” e de “concorrência” a responsabilidade de enfraquecer a religião. O pensamento de Stark afirmava que na verdade nesse processo de competição a religião se fortaleceria, por elevar o nível de participação das massas.³⁹

A lógica do mercado aplicada à religião fornece apontamentos relevantes, mas as controvérsias têm surgido. O próprio Berger aparentemente voltou atrás com

³⁶ SCHLAMELCHER, 2013, p. 261.

³⁷ MARIANO, 2013, p.235.

³⁸ FRIGERIO, Alejandro. O paradigma da escolha racional: mercado regulado e pluralismo religioso, pp. 17-39, *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 2, 2008. p. 22. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n2/02.pdf>>. Acesso em: 20 jun. de 2015.

³⁹ MARIANO, 2013, p.236-237.

sua teoria da Secularização em 1999, desfazendo a afirmação de que a modernidade acarreta a secularização⁴⁰.

Nos anos 50 e 60 a secularização foi aceita por muitos sociólogos da religião. No artigo “A dessecularização do mundo: uma visão global”, Berger afirma que

se vivêssemos realmente num mundo altamente secularizado, poderíamos esperar que as instituições religiosas sobrevivessem na medida em que se adaptassem à secularização; essa tem sido a suposição empírica das estratégias de adaptação. Mas o que ocorreu, de modo geral, é que as comunidades religiosas sobreviveram e até floresceram na medida em que não tentaram se adaptar às supostas exigências de um mundo secularizado. Simplificando: experimentos com religião secularizada geralmente fracassaram; e movimentos religiosos com crenças e práticas saturadas de sobrenaturalismo reacionário (do tipo completamente inaceitável em respeitáveis departamentos universitários) foram amplamente bem sucedidas.⁴¹

A posição de Berger é categórica e parte da observação histórica. Em outra parte de seu artigo, é enfatizado que a não existência da secularização foi um equívoco. “Isso quer dizer que toda uma literatura escrita por historiadores e cientistas sociais vagamente chamada de ‘teoria da secularização’ está essencialmente equivocada”⁴². Sua constatação se baseia no crescimento da religiosidade, apesar de toda a suposta secularização.

A autora Cecília L. Mariz afirma que Berger transmite a ideia de um conceito de secularização dinâmica, portanto, sensível a mudanças. O conceito de secularização possui variantes. Mas tal conceito por Peter Berger deve ser tratado de acordo com a compreensão de seu proponente⁴³.

Berger defende que a secularização segundo a compreensão de alguns teóricos, não tenha ocorrido. Para ele secularização e dessecularização são processos dinâmicos e produtos da relação dialética entre religião e modernidade em certos contextos e momentos históricos. A secularização é uma marca dos dias atuais. Tais processos podem gerar sentido oposto.⁴⁴

O que se percebe, na verdade, é um movimento contínuo e contraditório pelo caráter dialético que a “secularização” e a “dessecularização” possuem. O autor Leonildo Silveira Campos, tratando do assunto, utiliza o “talvez” para demonstrar

⁴⁰ MARIZ, 2000, p. 26.

⁴¹ BERGER L. Peter. A dessecularização do mundo: Uma visão global. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 21(1): 9-24, 2000, p.10-11. Disponível em: <http://www.iser.org.br/religioesociedade/pdf/berger21.1_2000.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2015.

⁴² BERGER, 2000, p.10.

⁴³ MARIZ, 2000, p. 26.

⁴⁴ MARIZ, 2000, p. 26.

cuidado acerca do termo utilizado para a transformação sofrida pela religião o que deixa claro a mudança e o processo de transformação da religião em curso.

A religião é dinâmica assim como a sociedade e possui momentos de menor e maior expressividade social dependendo do contexto. Nos anos 70 Thomas Luckmann afirma que isso não pode ser entendido como secularização, mas apenas como um “eclipse da religião”.⁴⁵

A religião, na verdade, continuou viva e atuante em seu espaço ou gueto, de modo latente na sociedade em sentido estrito. O gatilho cultural ideológico permitiu sua manifestação de modo patente e veemente na década de 1990. Os debates e pesquisas sobre o pluralismo e a participação religiosa, não eram consistentes. Conforme Mariano, tanto as linhas do secularismo quando a da ER, também conhecida como teoria da economia religiosa. Essas teorias não possuem fundamentação empírica necessária, portanto, “[...] conclui-se pela ausência de relação causal entre as variáveis pluralismo religioso e participação religiosa, refutando, assim, tanto a posição de Berger quanto a principal hipótese da teoria da economia religiosa”.⁴⁶

Essa conclusão aponta para a limitação de ambas as teorias. Assim, entende-se que o campo de compreensão possui espaços a serem explorados. E para isso, faz-se necessário o desenvolvimento de pesquisas.

A contribuição de ambas as teorias está na descrição do objeto de estudo. Tanto a teoria do Secularismo quanto a da ER afirmam que o fenômeno religioso possui alguns mecanismos que podem ser compreendidos por uma linguagem econômica.

A interação da religião com a sociedade pode sofrer mudanças, mas não separação, posto que, mesmo após ter sido “retirada” do Estado, no caso da Reforma, e após a criação de Estados laicos, a religião continuou a exercer o seu propósito, de acordo com Berger, no espaço privado, mas cumprindo o seu papel de conceder sentido e significado à existência do homem.

⁴⁵ CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, Templo e Mercado*. Petrópolis/RJ: Vozes; São Paulo: Simpósio Editora e Universidade Metodista, 1997. p. 33.

⁴⁶ MARIANO, 2013, p.237.

1.2 Secularismo e assimilação da lógica do capital

A construção da realidade ocorre também por meio da linguagem. Por isso, o uso das terminologias econômicas, como da ER e do Secularismo de Berger, para descrever a religião aponta para uma realidade de livre mercado e privatização dos meios de produção, além de indicar uma perspectiva ideológica sobre o fenômeno religioso estudado. A partir dessa linguagem assimilada culturalmente, observa-se o fenômeno, Teologia da Prosperidade (TP), que ensina comunidades religiosas a pensar a realidade dentro de uma perspectiva mercadológica. De acordo com Alves:

Na medida em que a linguagem expressa e define uma certa experiência, ela determina os limites de uma comunidade. Uma comunidade depende, para sua experiência enquanto tal, de um senso de experiência comum, de uma mesma auto-compreensão, de uma meta compartilhada⁴⁷.

O capitalismo não é apenas um sistema com lógica econômica; possui também uma faceta cultural e religiosa e faz o melhor uso possível do que pode ser entendido como adequado. E a religião está situada entre os mecanismos apropriados para essa finalidade. A teologia acaba por congelar a história em um ponto ideologicamente conveniente, racionalizando, assim, o tempo, juntamente com a idealização da ordem social burguesa⁴⁸.

O protestantismo aparece na história como o fermento espiritual do processo capitalista. A Reforma Protestante continha a essência, o germe do Estado Liberal. O que segue marca a história como transição da Idade Média para o chamado Modernismo. Passa-se dos feudos para um sistema econômico Mercantilista⁴⁹.

A chegada do Protestantismo ao Brasil trouxe, com seus missionários, muito da ideologia e da cultura de seus países. Os missionários provenientes dos Estados Unidos que chegaram ao Brasil receberam influência do movimento teológico do século XIX, momento em que os ideais do liberalismo e o humanismo estavam em vigor devido ao ideário Iluminista. Como produto desse período, o Evangelho Social estava presente na teologia de tais missionários.⁵⁰

⁴⁷ ALVES, Rubem. *Por uma Teologia da Libertação*. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.p. 59.

⁴⁸ MÉZÁROS, István. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. São Paulo: Boitempo, 2011. p.123.

⁴⁹ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade Peruana*. São Paulo: Expressão Popular LTDA, 2008. p.176.

⁵⁰ CUNHA, 2014, p.118.

No Brasil, o liberalismo foi instituído com base em convicções políticas desde o início da República, no Século XIX. A nação, em termos históricos, não vivenciou o feudalismo e não desenvolveu uma burguesia no sentido literal. Mas, absorveu valores, influências ideológicas e culturais da Europa, o que moldou a cultura brasileira.

A formação econômica, social e educacional brasileira seguiram o ideário europeu. O que contribuiu para uma formatação cultural fortemente influenciada pelo iluminismo. A cultura europeia estava em expansão devido a exploração de suas colônias. A opção da aristocracia brasileira em investir na formação educacional com base nos pressupostos europeus influenciou eventos marcantes da história, como a abolição da escravatura e a inconfidência mineira. “Isso significa que, no caso brasileiro, a penetração da cultura europeia (que se estava transformando em transcultural universal) não encontrou obstáculos prévios”⁵¹.

Assim sendo, é permitido entender que a colonização do Brasil foi além do aspecto econômico e envolveu questões de natureza distintas que se entrelaçam para fortalecer um projeto que é evidenciado pela história. Esse projeto fica claro pelo modelo de educação liberal adotado no período da República, e também com a chegada de missionários protestantes ao Brasil.

No século XIX, as classes dominantes do Brasil eram formadas por proprietários de grandes extensões de terras (latifúndios), que representavam o capital comercial, e adotavam ideologia liberal voltada para a burguesia.⁵² Por uma questão de sobrevivência e conveniência econômica, as classes dominantes brasileiras adotaram essa ideologia, uma vez que assim funcionava o comércio mundial. Por isso, a educação também foi desenvolvida sob a orientação iluminista e liberal, privilegiando as elites⁵³. A ideologia Liberal obteve a adesão da elite brasileira.

⁵¹ COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p.40.

⁵² COUTINHO, 2011, p. 42.

⁵³ GHIRALDELLI Junior, Paulo. *Filosofia e História da Educação Brasileira*. Barueri/SP: Manole, 2003. p. 48.

A religião pode ser instrumentalizada para variados objetivos. O uso ideológico da religião nem sempre é deliberado. Os religiosos, em muitos casos, desconhecem a reprodução de um ideário em seus cultos⁵⁴. Segundo Nikier

Na tradição marxista, a ideologia apresenta-se com duas faces: como imaginário ou como uma relação de poder. No primeiro caso, trata-se de um reflexo sem correspondência com a história real. No segundo, é uma força material a serviço da classe dominante. Em outras palavras, a ideologia é um pensamento teórico estruturado que exprime uma falsa visão da história e oculta um projeto social, político e econômico da classe dominante⁵⁵

A ideologia difundida serve a um propósito, almeja um desfecho e, no caso do Brasil, a implantação de uma cultura liberal subserviente aos países capitalistas avançados. A reflexão acerca da relação entre ideologia e cultura nos leva a analisar a instrumentalização dos elementos que compõem nossa sociedade, a qual pode sofrer para servir a um projeto. No caso do Brasil contemporâneo, um projeto neoliberal. Tal ideário é assimilado por todos os espaços disponíveis, inclusive o eclesiástico.

A ligação entre culto e cultura nos permite compreender a assimilação de valores da ideologia da classe hegemônica. Toda forma de culto se instala em um ambiente cuja cultura está presente. Assim, os elementos do culto, bem como a sua natureza, comunicam traços da cultura como produto de uma ideologia. A Teologia da Prosperidade é vista como resultado desse processo. Mezáros afirma:

Entretanto, o que realmente importa é como explicar as determinações sócio-históricas de tal incidência, em vez de meramente afirmar a permanência da teleologia teológica como uma condição assumida *a priori*, [...], a teologia em questão é a teologia autolegitimadora da *sociedade civil* concebida anistoricamente, inserida em seus sistemas com base em determinações ideológicas e não com o propósito de afirmar os méritos absolutos do credo cristão⁵⁶.

A finalidade da teologia tem a ver com as determinações prévias e condicionantes da sociedade. Tais determinações ideológicas nos cultos neopentecostais da TP ganham conotação ideológica; no caso da realidade brasileira, o neoliberalismo.

⁵⁴ Como exemplo o caso da IURD no uso da linguagem “empreendedora e comercial” em cultos é uma amostra de um ideário voltado para o capital. Tal discurso é encarado como uma forma de autenticar o discurso teológico e não como reprodução de uma lógica capitalista.

⁵⁵ NISKIER, Arnaldo. *Filosofia da Educação: Uma visão Crítica*. Rio de Janeiro: Consultor, 1992. p. 28.

⁵⁶ MÉZÁROS, 2011, p.123.

As determinações ideológicas estão presentes na TP, o que certamente muitos de seus expoentes não têm consciência, ou desconsidera. A ideologia está para além do campo do imaginário e possui materialidade quando influencia a realidade, e é assimilada por uma massa.

A concepção de ideologia não deve limitar-se ao “estudo das ideias”. Sua importância se dá no contexto das relações de poder. A ideologia é de importância basilar para a política, pois suas consequências influenciam a prática. A materialidade da ideologia é percebida quando as ideias influenciam a realidade. O que nos leva a compreender “[...] à ideologia como questão fundamentalmente política, com diretas consequências para nossa compreensão da relação entre teoria e prática e, por extensão, entre o par metafórico ‘infra-superestrutura’”.⁵⁷

As teorias sociológicas da Escolha Racional e da Secularização, sob uma perspectiva econômica, analisavam o fenômeno religioso usando termos e teorias próprias da economia. Ao observar a Teologia da Prosperidade e a prática das igrejas neopentecostais que adotam esse ensino, percebe-se a apropriação deliberada da linguagem do mercado. Tal linguagem está presente em cursos teológicos, passando a fazer parte da realidade no cenário religioso.

“Marketing Religioso” já se consolidou como disciplina curricular de diversos cursos de teologia evangélicos (e também católicos) e de cursos especializados em administração e marketing aplicado à religião tanto no nível de graduação quanto de pós-graduação. Um dos indícios da força desta corrente tem sido a adoção de uma linguagem mercadológica dos discursos das igrejas: planejamento estratégico, negócio, visão, são parte do vocabulário corrente⁵⁸.

A ação de tais seguimentos religiosos aponta para a assimilação dos valores capitalistas. O culto, como expressão de uma cultura vivida na coletividade, é um ambiente no qual os adeptos compartilham o mesmo projeto espiritual ou material. “Quando os homens falam uma linguagem comum, reconhecem-se como participantes de uma mesma compreensão de mundo, como estando comprometidos com um mesmo projeto, como unidos por uma vocação comum”⁵⁹.

Observa-se que tanto o objeto de estudo quanto as próprias teorias sociológicas citadas estão associadas ao ideário Liberal pelo uso do paradigma

⁵⁷ BURITI, Joanildo. *Fé na Revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011. p.26.

⁵⁸ CUNHA, 2014, p.124.

⁵⁹ ALVES, 2012, p.59.

econômico em seus termos. A influência do consumismo e a configuração de um sistema em que o culto religioso, como o neopentecostal, que enfatiza à prosperidade e entende como caminho para a realização pessoal a felicidade por meio da obtenção de bens materiais. Nos apresenta à influência do sistema sobre a cultura e o culto religioso.

Na cultura atual a realização das pessoas está na posse de objetos de consumo. A ideia é consumo como um fim em si mesmo. A atribuição de poder a uma mercadoria ou mesmo a um conceito é uma manifestação que se assemelha à religiosa, visto que ocorre a submissão ao mercado. A mercadoria produzida pelas mãos do homem passa a exercer poder e personalidade de tal forma que a criatura passa a “ser criador” de um homem alienado e fixado na posse da mercadoria. A relação entre o “ser” e o “ter” nos remete a uma reflexão ontológica. A sociedade condicionada pelo sistema cria “[...] um homem que aprende a buscar a felicidade naquilo que o sistema lhe dá. Sua alma é feita à imagem daquilo que pode ter”.⁶⁰

A ordem capitalista tem como imperativo o lucro e para alcançar tal objetivo é necessária uma cultura consumista que convença o homem de que a felicidade está atrelada ao “ter”. A tecnologia utilizada na disputa mercadológica para o desenvolvimento do melhor produto proporcionou avanços para a humanidade e qualidade da mercadoria, todavia, criou-se dependência ao ponto de se confundir a felicidade com a aquisição de algum produto.

O capitalismo na verdade cria o homem para a mercadoria, não apenas a mercadoria para o homem. [...] À medida que o sistema gera novas necessidades e ao mesmo tempo provê os objetos que as satisfazem, mostra-se eficiente para manter o ser humano como parte de si próprio”⁶¹.

A TP pode ser vista como um mecanismo eficaz para manter o indivíduo dentro do sistema capitalista através das roupagens religiosas. O sistema cria necessidades e difunde sua ideologia para a sociedade por meio dos Aparelhos Ideológicos⁶², dentre os quais a igreja está presente e atuante em favor de uma exploração à qual muitos não atentam, nem mesmo seus líderes e teólogos, muitas vezes.

⁶⁰ ALVES, 2012, p.90.

⁶¹ ALVES, 2012, p.90.

⁶² É uma forma de dominação para a manutenção da classe vigente no poder pela via ideológica, sem a utilização da força física. Dentre tais aparelhos estão às igrejas, escolas, partidos políticos, imprensa, etc...

A subserviência da religião pela via da cultura ocorre com naturalidade. Por isso, a religião não funciona como um fim em si mesma, pois precisa do homem. Assim, o homem “coisificado” cria uma religião “coisificada”, ou descrita como Secularizada. O que nos permite entender a Secularização como consequência das transformações sofridas pelo homem em sociedade para manter sua plausibilidade e não cair em obsolescência.

A caminhada para a ocupação da esfera pública aponta para o fato de que, apesar de o Estado se dizer laico, as pessoas que o compõe não são. Diante disso, a presença do discurso religioso é vista de modo frequente em pautas de discussão do governo. No caso do Brasil, percebemos que o crescimento numérico e a exposição midiática constante têm alçado muitos líderes à condição de governantes.

A participação dos evangélicos na política é complexa devido à busca pela hegemonia no campo religioso. Nesse contexto, a “ambição dos políticos que veem no pragmatismo dos evangélicos uma fonte para suas barganhas de campanha, concorrência de grupos que competem por poder sócio-político e econômico, como as empresas de mídia.”⁶³ A participação política evolue alianças e negociações além de estimular o pragmatismo, os evangélicos, portanto, devem assimilar a linguagem da política para se manter na mesma.

A meta dos grupos evangélicos é o crescimento e, para isso, lançam candidatos a cargos públicos, capitalizam influência e interesses políticos a seu favor; e, com a TP, suas ações são financiadas. Essa postura endossa valores e ideais já conhecidos que fazem parte de um projeto antigo em nossa sociedade.

A retomada do espaço público pela religião no Brasil mostra o caráter “Imperialista-proselitista”, por desejar o poder político, e o estabelecimento de seus valores cristãos em uma fusão dos ideais evangélicos com o Estado. A linguagem secular nos contextos religiosos revela a dinâmica e o interesse de grupos religiosos em não perder sua plausibilidade.

A questão a se observar não está apenas na palavra utilizada para comunicar algo, mas no sentido. Palavras podem ter significados diferentes, dependendo do contexto. A descrição do mundo ocorre através de palavras e significados. O apelo cultural, ideológico e mercadológico acaba por construir ou reconstruir a realidade

⁶³CUNHA, 2014, p.126.

como se a tem conhecido. Isso revela que as religiões estão sensíveis à dinâmica da transformação social, assim como toda a sociedade.

Diante do exposto, percebe-se a Teologia da Prosperidade como um produto social e religioso influenciado pelo ideário neoliberal. A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), como as demais neopentecostais, é uma instituição, nascida num contexto neoliberal, fiel ao momento histórico em que teve início. Nascida em uma sociedade capitalista, cujo imperativo categórico é o lucro.

1.3 Neopentecostalismo, Neoliberalismo e Pós-modernidade: unidos por um ideal

As marcas histórico-culturais do Brasil geraram uma política moldada pelos países centrais seguindo um projeto liberal desde a constituição da nação brasileira. A aplicação desse legado cultural resulta, a partir dos anos 90, em uma adesão categórica ao neoliberalismo. O tema abordado, portanto, visa enriquecer a discussão acerca da Igreja Evangélica e o Estado Brasileiro, especialmente dos anos 90, período em que Fernando Collor de Mello presidiu o Brasil e abriu o Estado brasileiro para o Neoliberalismo, consolidado no Governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2003.

O neoliberalismo nos remete ao século XVII quando Jonh Locke inicia a difusão do pensamento liberal que defendia os direitos naturais do homem que seriam à vida, a propriedade privada e a liberdade⁶⁴. No Século XVIII Adam Smith, filósofo e economista, difunde o liberalismo econômico e o Livre Mercado em sua obra *A riqueza das nações*⁶⁵. O desenvolvimento do liberalismo após o embasamento teórico desses pensadores defende a propriedade privada, o livre mercado e a igualdade perante a lei. Tais ideais foram utilizados para combater o absolutismo na Europa.

O neoliberalismo em seu estágio embrionário nos leva ao contexto da década de 1940. O objetivo era responder ao keynesianismo. Perry Anderson destaca

⁶⁴ GRISSAULT, Katy. *50 autores-chave de filosofia... e seus textos incorrigíveis*. Petrópolis: Vozes, 2012. p.115.

⁶⁵ BUCKINGHAM, Will et al. *O livro da filosofia*. São Paulo: Globo, 2011. p.163.

quatro pensadores que em suas respectivas áreas contribuíram para o desenvolvimento neoliberal. “Os quatro vinham de diferentes disciplinas – economia por (Hayek), direito (Schmitt), filosofia (Strauss) e história (Oakeshott) -, mas a política atraiu a todos para um campo comum”⁶⁶.

A implementação desse ideário neoliberal se efetivou em termos políticos com Margaret Thatcher eleita primeira-ministra da Grã-Bretanha em 1979 e com Ronald Reagan em 1980⁶⁷. No início as mudanças na Inglaterra tiveram como reflexo manifestações populares e resistência o que renderam a Thatcher o apelido de Dama de Ferro.

O neoliberalismo é, em primeiro lugar, uma teoria das práticas econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura individual caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas⁶⁸.

A globalização e os novos paradigmas do capitalismo integram de modo constitutivo o conceito de neoliberalismo em relação ao liberalismo. A política de implementação do Estado mínimo, como também é conhecido o neoliberalismo, alcançou o status hegemônico no fim do século XX e se mantém nessa posição devido a assimilação cultural da sociedade. O neoliberalismo como ideologia hegemônica tem a sua disposição o FMI e a ONU. Na história não há precedentes quanto a supremacia global Americana que é a grande defensora desse sistema político e econômico⁶⁹.

A adesão à estrutura política neoliberal favorece a concentração de renda de determinado grupo, o que compromete a distribuição da riqueza socialmente produzida e o desenvolvimento de políticas. A globalização é uma realidade concreta e o envolvimento do Brasil nela acaba por comprometer as camadas mais pobres da população.

O capitalismo, em sua ânsia por lucro, acaba por conferir ao homem a qualidade de “força de trabalho”. O bem a ser produzido pouco importa. Assim, no capitalismo temos “[...] a exploração do homem pelo homem, a escassez, o

⁶⁶ ANDERSON, Perry. *Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 22.

⁶⁷ HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2013. p.11.

⁶⁸ HARVEY, 2013, p.12.

⁶⁹ ANDERSON, 2012, p.357.

consumismo, o individualismo, a forma social que viola a natureza humana e faz das pessoas seres fundamentalmente alienados e infelizes. ”⁷⁰

A “violação da natureza humana” é um processo no qual o homem torna-se “coisificado”, pois passa a ser visto como “força de trabalho” e, de certa forma, como “meio de produção”, uma ferramenta para se alcançar o objetivo. Essa transformação leva a uma discussão ontológica, na qual o Capital faz não só a mercadoria para a humanidade, mas também a humanidade para a mercadoria. E é nesse processo de formatação consumista que a Teologia da Prosperidade ancora sua razão para existir. O ambiente capitalista neoliberal é o ideal para a pregação dessa Teologia, pois ela é fortalecida por uma ideologia hegemônica liberal, produto de um ideário que faz parte da cultura brasileira.

A partir daí, observa-se o poder agregador do Capital e sua influência através da TP. Apesar de já existirem desde a década de 70 no Brasil. As igrejas neopentecostais cresceram expressivamente na década de 1990. As relações entre mercado e sociedade passam a ser pensadas de modo propositivo.⁷¹

A maioria dessas igrejas, ao incorporar a ideologia liberal e difundi-la, através da “Teologia da Prosperidade” – que condiciona o sucesso financeiro à fé de forma que o “ter” passa a demonstrar o “ser” –, acaba tornando-se extremamente favorável, servindo, inclusive, de instrumento fetichizador.⁷²

Dentro da perspectiva de Antônio Gramsci, a Igreja, como fenômeno histórico, é vista como “sociedade civil dentro da sociedade civil”⁷³. Além do fato de ser um aparelho ideológico para a manutenção do poder da classe dirigente. O valor da religião é notado como instrumento ou ferramenta, assim como o folclore e a filosofia.

A ideologia descrita como “visão de mundo” de uma classe hegemônica tem como objetivo espalhar-se por toda sociedade a fim de ser reproduzida para a manutenção do *Status Quo*. Na visão gramsciana, a visão de mundo aponta graus

⁷⁰ CARCANHOLO, Reinaldo A. *Capital: Essência e Aparência*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p.7.

⁷¹ DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do Popular: Movimento Popular e participação Política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dupará, 1995. p. 209.

⁷² PEREIRA, Célia Barbosa da Silva. *O caráter político-pedagógico dos movimentos populares de bairro da Grande São Pedro: Avanços e recuos sob o imperativo da ordem capitalista*. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.p 161.

⁷³ PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Vida, 1977. p.28.

distintos “a concepção de mundo mais elaborada: a filosofia; no nível mais baixo, o folclore. Há entre esses dois níveis extremos o “senso comum” e a religião”.⁷⁴

A religião encontra-se ao lado do senso comum, ou seja, é algo da massa. A maioria das pessoas possui alguma orientação religiosa. No caso de nosso país, os cristanismos Católico e Protestante são mais representativos.

Althusser, assim como Gramsci, afirma a existência dos Aparelhos Repressivos, como exército, polícia, prisões, etc., o que funciona através da violência; e os Aparelhos Ideológicos do Estado, que funcionam através da ideologia por meio de instituições, como as religiosas, a escolar, a familiar, a jurídico, a político, a sindical, a imprensa (rádio, televisão, etc.).

A ideia de hegemonia em Gramsci está ligada à luta de classes, em que a classe dominada e a dominante procuram, de alguma forma, sobrepor-se, buscando seu espaço no Estado, que é constituído por Sociedade Política e Sociedade Civil. Em conjunto, as duas esferas formam o Estado em sentido amplo, isto é, hegemonia protegida pela coerção. Nesse sentido, as duas esferas servem para conservar ou transformar uma determinada formação econômico-social, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental no modo de produção capitalista.

A função ideológica está para além das instituições que compõem o Estado. O processo ideológico está na dinâmica produtiva, escolar e de várias organizações, privadas ou não. As relações ideológicas permeiam vários setores, exercendo a função de materializar o domínio hegemônico e visando a criação de uma estrutura favorável a classe dominante.⁷⁵

O que se percebe em Gramsci e em Althusser, por meio dos Aparelhos ideológicos, é que a religião não se adequa, simplesmente, mas serve ao sistema, reproduzindo valores que ajudam a manter a hegemonia da classe dominante na propagação de sua ideologia.

A sujeição é o meio para o agente social se colocar em lugar de passividade e a ideologia é o canal para se construir um indivíduo com esse perfil. “Em cada ideologia o lugar do sujeito é ocupado por entidades abstratas, Deus, a Humanidade, o Capital, a Nação, etc., embora específicas em cada uma, são perfeitamente equivalentes nos mecanismos de ideologia em geral”⁷⁶.

⁷⁴ PORTELLI, 1977, p.24.

⁷⁵ ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 2010. p.30.

⁷⁶ ALTHUSSER, 2010, p.8.

Considerando Deus como o sujeito absoluto, conforme a perspectiva de Althusser, a religião evangélica é identificada como mecanismo ideológico. A religião cristã possui identificação com o Capitalismo, de tal forma que Marx afirma:

De acordo com a relação social de produção que tem validade geral numa sociedade de produtores de mercadorias, isto é, valores, e comparam, sob a aparência material das mercadorias, seus trabalhos particulares, convertidos em trabalho humano homogêneo. Daí ser o cristianismo, com seu culto do homem abstrato, a forma de religião mais adequada para essa sociedade, notadamente em seu desenvolvimento burguês, o protestantismo, o deísmo, etc⁷⁷.

A ideia de adequação do protestantismo não é nova, pois fora percebida por Marx em seu tempo. E também por Weber, por isso, a ética do trabalho apregoada pelo protestantismo calvinista entende que o trabalho é uma dádiva de Deus, todavia, ele passou a tornar-se a própria finalidade da vida. A falta de vontade de trabalhar é sintoma da falta de graça⁷⁸. E essa ética favoreceu a incorporação do espírito capitalista.

As implicações dessas realidades notadas acima resultaram em favorecimento da classe hegemônica. E por isso, “o protestantismo é analisado como uma ideologia repressora, totalitária, capitalista, que se encontra em casa em um estado Capitalista e Totalitário; o que explicaria, em parte, o seu silêncio no Brasil em 1964”⁷⁹. O exercício do poder hegemônico requer dominação e domesticação. Por meio da força e também da ideologia e, para isso, faz-se necessária a sujeição.

O ideal liberal em defesa das liberdades individuais e a favor da ação mínima do Estado, a fim de fortificar a classe capitalista, caracteriza o neoliberalismo. A liberdade de escolha para o estilo de vida, bem como para o consumo, se consolida como práticas socioculturais o neoliberalismo é compatível com essa lógica⁸⁰.

O Brasil adere à prática liberal que visa manter o capitalismo em sua posição hegemônica. O propósito de tal ideal político está em transformar a liberdade de consumo em cultura, fortalecendo, assim, aqueles que detêm os meios de produção.

⁷⁷ MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.p.100-101.

⁷⁸ WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2004. p. 121.

⁷⁹ ALVES, Rubem. *O Suspiro dos Oprimidos*. São Paulo: Paulus, 1999. p. 137.

⁸⁰ HARVEY, 2013, p.12.

Nessa perspectiva de alcance da cultura, a religião assimila valores e, como resultado, produz um culto que valoriza tais princípios, como se vê na TP.

O neoliberalismo encontra na pós-modernidade uma relação de correspondência, pois “na medida em que o primeiro leva à ampliação do processo de acumulação do capital, com todas as contradições que isso implica, a segunda se molda, encaixa-se perfeitamente com sua lógica”⁸¹. Essa relação aponta para a mesma direção, ou seja, o lucro capitalista. Uma face política e outra cultural da mesma de lógica que fortalece o sistema capitalista. O “neoliberalismo como aprofundamento da lógica do capital e o pós-modernismo como padrão cultural, estético e comportamental (inclusive na prática filosófica e política) adequado a isso; essa parece ser a real combinação conservadora dos novos tempos”⁸².

A posição de Carcanholo aponta para a percepção de que o pós-modernismo e o neoliberalismo são duas faces de uma mesma moeda, pois servem a um ideal capitalista. Ainda que exista questionamento quanto ao sistema capitalista pelos pós-modernos, as críticas não atingem a totalidade, pois a fragmentação e o relativismo peculiares ao pensamento pós-moderno indicam descompromisso em se combater tal perspectiva. Seguindo a mesma percepção, afirma-se que “o pós-modernismo é a tradução cultural dessa nova situação sociopolítica que opera uma alteração das temáticas e das preocupações vividas por intelectuais e produtores culturais”⁸³.

O pós-modernismo, em sua defesa pelo neoliberal e a exaltação do mercado devido às suas qualidades em atender a anseios dos consumidores, impõe a lógica vigente como única via de projeto para a humanidade e isso por entender que “a fragmentação, heterogeneidade, indeterminação e relativismo, exercem um papel decisivo para bloquear a possibilidade de uma crítica teórica que apresente quaisquer nexos com projetos de transformação da nova ordem mundial”.⁸⁴

Para Carcanholo, a pós-modernidade e o neoliberalismo se apresentam dentro do mesmo contexto histórico do capitalismo contemporâneo, ou seja, das últimas décadas, mencionando anos 80 e 90. E as define como lados distintos do

⁸¹ CARCANHOLO; BARUCO, 2008. p. 12

⁸² CARCANHOLO; BARUCO, 2008. p. 12.

⁸³ EVANGELISTA, João Emanuel. *Teoria Social Pós-Moderna: Introdução Crítica*. Porto Alegre: Sulina, 2007. p. 38.

⁸⁴ EVANGELISTA, 2007, p.179.

mesmo sistema “ao mesmo tempo em que hipostasiam e mistificam essa relação”⁸⁵ afetam o contexto político e histórico.

No contexto de mudança política e econômica dos anos 90, uma nova formatação teológica, que está distante do que postularam os teólogos da libertação, ganha força e expressão nacional. A Teologia da Prosperidade, que chegou ao Brasil entre os anos 70 e 80 e tem como seu maior expoente o bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, que hoje, além de religioso, é dono da Rede Record de Televisão. Acerca do discurso de Macedo e seus seguidores, Waldo César e Richard Shaull citam em investigação sobre o tema que o enriquecimento é sinal do favor divino. Para a IURD, a “Prosperidade, saúde e amor são inerentes à natureza humana, são sinais da realização do destino que Deus deu ao homem; somente gozando desses bens o homem vive conforme o desejo do Criador”⁸⁶.

Para Macedo e os dirigentes da IURD, Deus tem “obrigação” de responder às demandas dos que fazem o sacrifício por meio de dízimos e ofertas. A IURD enquanto instituição considera que “o dinheiro é o sangue da igreja”⁸⁷. Com esse pensamento se justifica a ênfase na arrecadação. Na Universal há, mesmo, um dia da semana dedicado à riqueza e ao bem-estar – o “Dia da Prosperidade”⁸⁸.

Segundo a IURD, fundada em 1977, seu ensino se torna atraente, a ponto de ter ampliado seu número de fiéis em 25% por ano na década de 90. Tal crescimento da Igreja acontece, nesse momento, porque os símbolos que ela articula para formar a mensagem que defende encontram ressonância no sistema simbólico que passa a dar sentido à experiência social brasileira de modo geral.⁸⁹ O ensino da TP, então, é adequado ao sistema capitalista.

A ligação entre o capitalismo neoliberal e a TP é claramente percebida, visto que é caracterizada por: a) transformar milagres e curas em mercadoria; b) ter estabelecimento enfático da Prosperidade como favor divino; c) não responsabilizar

⁸⁵ CARCANHOLO; BARUCO, 2008, p. 12.

⁸⁶ CESAR, Waldo; SHAULL, Richard. *Pentecostalismo e futuro das Igrejas Cristãs*. RJ: Vozes, 1999. p.51.

⁸⁷ CESAR; SHAULL, 1999, p.51.

⁸⁸ CESAR; SHAULL, 1999, p.51.

⁸⁹ LIMA, Diana. *Trabalho, mudança de vida e prosperidade entre fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus*. *Religião & Sociedade* v. 27, p. 132-155, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rs/v27n1/a06v27n1>>. Acesso em: 19 jun. 2015. p. 148.

o Estado quanto às questões sociais: desemprego, saúde, violência, que são vistas como ação de entidades espirituais malignas.

A perspectiva maniqueísta e materialista da IURD aplicada na TP aponta Deus como refém de si mesmo. A expressão “Deus tem obrigação”, comum no discursos e pregações feitos na IURD, nos faz pensar em uma realidade onde Deus se curva ao homem para atendê-lo e satisfazê-lo. A relação é de barganha. A parte do homem requer sacrifício financeiro, a de Deus, as variadas bênçãos, mas de modo invariável, a prosperidade, pois Deus age “repreendendo os espíritos devoradores que desgraçam a vida do homem, atuando nas doenças, nos acidentes, nos vícios, na degradação social e em todos os setores de atividade humana, fazendo com que o homem sofra eternamente⁹⁰”.

O medo é um mecanismo poderoso no discurso religioso. A figura do mal, a doença e o desemprego impulsionam as ações para a prática proposta pela Teologia da Prosperidade. Percebe-se, ainda, que essa ideologia acaba por fetichizar a riqueza, fazendo uso de exemplos vistos de modo superficial, além de promover o hedonismo, típico da pós-modernidade. Macedo diz conhecer

muitos homens famosos que provaram a Deus em respeito ao dízimo e se transformaram em grandes milionários, como o Sr. Colgate, o Sr. Ford e o Sr. Carterpillar. Homens como esses, que além dos negócios e do acúmulo de riquezas, preocupam-se com a fidelidade a Deus, tendem a ser abençoados cada vez mais. [...] Todas as pessoas ficarão surpresas com a sua prosperidade, o seu dinheiro se multiplicará de tal maneira que você terá oportunidade de adquirir aquilo que sempre desejou [...]. Plenitude de paz, de alegria, de felicidade e de prazer; plenitude de alimentos, de energia e de forças, plenitude de saúde, de amor e de vida. Isso é o que espera por você, se tão somente colocar em prática uma coisa tão elementar, mas tão importante⁹¹.

A difusão dessa doutrina é ampla, visto que todos os dias, por várias horas, em canais de TV aberta e emissoras de rádio, alugados por expoentes da TP, difundem sua doutrina. A movimentação financeira é grande, bem como a quantidade de pessoas que aderem a tais movimentos. O alcance das massas e o poder midiático chama a atenção da classe política. O carisma religioso é uma forma de poder que agrega capital político a qualquer seguimento.

Observa-se, ainda, que a abrangência do discurso da Teologia da Prosperidade possui caráter economicista e próximo da teoria da Escolha Racional,

⁹⁰ MACEDO, Edir. *Nos passos de Jesus*. Rio de Janeiro: Gráfica Universal, 1993. p. 99.

⁹¹ MACEDO, 1993, p. 103.

como “[...] ‘empresa’, ‘negócio’, ‘lucro’, ‘contrato’, ‘aumento de produção’, ‘máquinas’, ‘diferencial do produto no mercado’, ‘desemprego’, além da menção a grandes quantias que ‘você vai ganhar’, ‘que você vai poder dar de dízimo quando Deus te abençoar’”.⁹²

O alinhamento dos termos Neopentecostal, Neoliberal e Pós-Moderno certamente apontam para uma relação de sustentação mútua. Serviriam ao Capital em esferas distintas reproduzindo valores de sustentação da ordem vigente. Diante do exposto, podemos afirmar que a TP é produto da lógica capitalista e da cultura pós-moderna. Não só pelo contexto histórico, mas por suas afirmações teológicas que se adequam e servem ao sistema capitalista para sua afirmação e reprodução.



⁹² LIMA, 2007, p. 136.

2 A REALIDADE BRASILEIRA E O CENÁRIO RELIGIOSO

2.1 Componentes Históricos, Políticos e Sociais do Brasil na formação cultural e configuração da realidade brasileira

A religião, como produção humana e cultural, carrega traços e influências da história onde se instala. Para entender a Teologia da Prosperidade (TP) no Brasil, é necessário analisar o ambiente em que ela criou suas raízes. Tanto no Brasil quanto em toda a América Latina notamos traços que contribuem com a criação de um cenário propício para o desenvolvimento dessa Teologia e as questões econômicas, sociais e políticas são parte dessa reflexão.

O problema da desigualdade e do subdesenvolvimento no Brasil, bem como na América Latina, está ligado primariamente à absorção de valores e estruturas provenientes de sua fase colonial e à consequente reprodução de tais práticas. A não socialização da riqueza e a manutenção de uma cultura classista voltada para o mercado externo marcam a realidade brasileira. Nos países latino-americanos, principalmente no Brasil, Fernandes afirma que:

[...] as economias exportadoras de “gêneros coloniais ou de produtos tropicais” não só nasceram profundamente especializados: essa especialização foi imposta pelas antigas metrópoles e, embora mantida pelo mercado mundial depois da emancipação nacional, nunca deixou de ser uma especialização colonial propriamente dita⁹³.

O que se constata é que o papel do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho⁹⁴ continua o mesmo, apesar das mudanças político-econômicas. Isso significa que, a despeito da mudança de Colônia para República, de atividades agropecuárias para industriais, a atividade econômica em relação aos países centrais continua o mesmo, ou seja, uma relação de exploração. A aceitação desse papel, fator interno, associado ao imperialismo, que seria um fator externo, mostra que “[...] o sistema internacional do capitalismo em sua fase contemporânea, [...] tem

⁹³ FERNANDES, Florestam. *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: HUCITECP, 1976. p.13.

⁹⁴ É o papel comercial de países ou continentes na produção de mercadorias. Exemplo: Os países centrais produzem tecnologia e crédito bancário, já os periféricos, matéria-prima e produtos industrializados. Tal intercâmbio é resultante da globalização.

suas raízes no capitalismo mercantil dentro do qual e por influxo do qual o Brasil e todos os seus elementos constitutivos se plasmaram e evoluíram.”⁹⁵ Esse movimento evolutivo, na verdade, foi o enraizamento de valores e ideologias de subserviência aos países centrais, outrora chamados de primeiro mundo, que não possuem interesse em facilitar o desenvolvimento dos países periféricos, pois a perpetuação de seu domínio estaria sob ameaça.

As elites brasileiras, espelhando-se na aristocracia internacional, acabavam por imitar suas ações, “repetindo a aristocracia imperial, a burguesia⁹⁶ republicana que furta as roupagens do arsenal ideológico e utópico das nações hegemônicas e centrais”⁹⁷. A submissão às elites dos países centrais permitiu a assimilação do ideário hegemônico liberal externo em que os países periféricos permanecem em situação de subserviência como nos tempos coloniais. O enraizamento ideológico pela via da cultura resulta em uma forma de condicionamento que justifica a mentalidade de um povo. “Ao se rediscutir os resultados do colonialismo sobre os povos colonizados indicou-se que ele era capaz de criar uma consciência oprimida, ou seja, domesticada e desprovida de futuro”⁹⁸.

A cultura de exploração gera o chamado colonialismo interno, que revela a exploração dos nascidos na terra, por outros, habitantes da mesma terra. Permite a reprodução do legado deixado pelos espanhóis e portugueses. No caso do Brasil, porém, os agentes de opressão é uma classe que vem sendo beneficiada desde a colonização com doações de grandes extensões de terras. A configuração é distinta, não se tem mais a figura do colonizador e do colonizado, mas sim de uma classe dominante sobre uma menos favorecida.

As elites que monopolizam a apropriação do excedente impõem, como prioridade absoluta do processo de acumulação, a cópia do estilo de vida dos países centrais, impedindo, assim, a integralização de parcela considerável da população no padrão de vida material e cultural propiciado pelo capitalismo.⁹⁹

⁹⁵ PRADO Jr, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 81.

⁹⁶ É importante observar que a América não viveu a Idade Média com o feudalismo e a burguesia em sentido próximo. Todavia, a expressão burguesia é utilizada por analogia, por autores como Florestan Fernandes e Caio Prado Jr. para referir-se a grupos ligados à aristocracia agrária brasileira, que teve origem no período colonial e manteve as estruturas de poder no processo de descolonização.

⁹⁷ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: Ensaio de interpretação Sociologia. São Paulo: Globo, 2006. p. 251.

⁹⁸ ALVES, 2012, p.90.

⁹⁹ SAMPAIO JR, P.S.A. *Entre a Nação e a Barbárie*: Uma leitura da contribuição de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente. Tese (Doutorado em Economia Aplicada), Programa de pós-Graduação em Economia, UNICAMPI, 1997. p.196-197.

O patriarcalismo das oligarquias agia de modo a impor seus ideais a fim de manter-se no poder. Essas elites formadas no povo brasileiro chamam a atenção por suas ações de influência na formação da política nacional. A prática do chamado clientelismo constituiu um meio de criar relação de dependência para com os menos favorecidos, que se tornavam devedores dos mais abastados. As relações de poder eram pensadas e trabalhadas para a manutenção de seu espaço, e para isso, trabalhavam buscando a manutenção do *Status Quo*.

A manutenção do poder bem como o desenvolvimento do país exigia assimilação de novas tecnologias para atender o mercado externo. O avanço da tecnologia e o aperfeiçoamento do conhecimento geram o empoderamento intelectual e econômico. Deste modo, a produção no sentido de possibilitar a Modernização Conservadora e a “[...] criação de uma estratégia centralizadora pela qual a sociedade moderna poderia vir a se instalar sem uma ruptura perigosa com a antiga estrutura de poder herdada do sistema escravocrata”¹⁰⁰.

Para a manutenção do poder, a aristocracia brasileira se valia de recursos como o clientelismo para resolver as questões levantadas por oposições, assim, à base de acordos, da prática de corrupção ou de dádivas, buscava-se resolver os impasses. Isso explica a constituição de uma rede social e política baseada nesses critérios e como forma de reprodução dessas mesmas relações. Além do clientelismo, a classe dominante da América Latina possui caráter patrimonialista, em que não se respeitam os limites entre o público e o privado.

A história do Brasil é transposta pelo clientelismo que se manifesta nas relações políticas. O uso de tal prática ao longo de períodos demonstra que as partes envolvidas mudam, contudo, o princípio se mantém. A relação entre o coronelismo tende a ser confundida com o clientelismo. Todavia, a relação entre ambos demonstra com clareza a ação de submissão de uma parte para se alcançar determinado objetivo, seja pela via da troca de “favor”, ou monetário. A relação estabelecida é baseada na barganha com base em vantagem material, configurando

Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000122819>. Acesso em: 20 jun. 2015.

¹⁰⁰ MARTINS, Paulo Henrique N. *A cultura política do patriarcalismo*. Estudos de Sociologia – Revista do programa de pós-graduação em sociologia da UFPE. Volume I, nº 1, 1995. p.36. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/322>>. Acesso em: 19 jun. de 2015.

assim uma relação clientelista¹⁰¹. O fato a ser destacado nessa relação é a impregnação cultural estabelecida. Seja o clientelismo ou o coronelismo, as manipulações por essas vias estão ativas.

A dinâmica cultural pede maior sofisticação entre as relações. O desenvolvimento social e a melhor organização do país permitiram o aprimoramento do uso desses recursos de dominação. “As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. O clientelismo estatal é uma característica moderna do Brasil na atualidade¹⁰². Essa relação é praticada, em instancia sofisticada, não por “coronéis”, mas por um grupo dominante, para a sua manutenção.

O patronato oligárquico se juntou aos empresários locais com interesses de explorar o mercado interno. Os empresários locais não atuam como opositores da velha ordem, mas associam-se a elas. O que aponta assimilação de valores capitalistas e submissão ao imperialismo “É por intermédio do sistema imperialista que o Brasil se integra, de forma completa, ao mundo e ao ritmo de vida modernos. Esse foi, sem dúvida, o resultado máximo da penetração do capital internacional e do imperialismo dela resultante”¹⁰³

Os países latino-americanos se encontram delimitados dentro do espaço proposto pelas nações hegemônicas que determinam economicamente a vida de tais países, através da globalização e Divisão Internacional do Trabalho¹⁰⁴, que pode ser entendida por meio da Teoria da Dependência.¹⁰⁵ A globalização e os sistemas de dominação financeiro levam ao funcionamento da ordem social de acordo com o interesse do mercado; a expansão de grandes empresas e sua incorporação no mercado mundial, impedindo a autonomia nacional.

¹⁰¹ FARIAS, Francisco Pereira. *Coronelismo, clientelismo e a política de direita*. Le monde diplomatique – Brasil, n. 34, maio de 2010. p 2. Disponível em <<http://www.adufpi.org.br/arquivos/coronelismo.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2015.

¹⁰² FARIAS, 2010, p.4.

¹⁰³ PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.p. 287.

¹⁰⁴ É uma forma de divisão produtiva a nível internacional onde os países centrais desempenham papel de vanguarda em relação aos países em desenvolvimento, assumindo posição que possibilite interação através de benefícios como isenções fiscais e incentivos para instalações industriais e crescimento econômico.

¹⁰⁵ O Brasil e os países latino-americanos, outrora colônias de países europeus. Apesar de sua independência, mantiveram o papel de produção agrícola como principal meio de exportação e o atraso no desenvolvimento econômico. Esse conceito é trabalhado pela Teoria da dependência, que surgiu no final dos anos 60 e 70, como uma crítica marxista, não dogmática formulada em oposição ao parecer da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) que estava ligada a ONU.

Sendo a América Latina uma região periférica no cenário mundial e dependente dos países centrais, resta-lhe sofrer as consequências do sistema atual, o neoliberal, que usa a dívida pública para a dominação econômica de tal região. Promovendo o impedimento de seu desenvolvimento e sua autonomia. Responsabilizando o indivíduo em seu insucesso na busca por um emprego. O Estado, no sistema neoliberal serve aos banqueiros e aos empresários; e prioriza a cartilha do Banco Mundial e do FMI em vez de políticas sociais para melhoria e progresso de seus povos¹⁰⁶.

Dos anos 60 a 70, os problemas relacionados ao subdesenvolvimento do Brasil, bem como da América Latina, tornam-se objeto de estudo sob uma perspectiva diferente da visão da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que era comprometida com a visão hegemônica. O resultado das investigações do grupo brasileiro passa a ser conhecido como Teoria da Dependência (TD).

A estrutura adotada pelo Brasil lhe concedeu um caráter de economia exportadora. A ideia da TD aponta para além da relação de exportação, ou seja, é mais que produção de mercadoria. Para os países do “centro”, trata-se de uma formação social e da estratificação do mercado interno. Nos anos de 1990 a teoria política da dependência se assume como globalização. O que levou o Brasil e os países Latino Americanos que adotam tal postura à condição de subdesenvolvimento¹⁰⁷.

Dentre os autores que abordam a TD, Marini se posiciona a favor de uma revolução cuja percepção era marxista, entendendo que o problema não estava ligado a circunstâncias. Já FHC, juntamente com Faletto e José Serra, que acreditavam na Dependência Associativa, não preso ao dogmatismo e estabelecendo diálogo para o desenvolvimento¹⁰⁸, tinham uma perspectiva Weberiana, e entendiam que a dependência não implicava necessariamente em estagnação e subdesenvolvimento, sendo que a negociação política e econômica deveria ser usada para atingir os “centros”. Os estudos sobre a Dependência nos

¹⁰⁶ HARVEY, 2013, p.12.

¹⁰⁷ MARTINS, Carlos Eduardo. *O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as Ciências Sociais*. In: Niemeyer Almeida Filho (Org) *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. – Brasília: Ipea, 2013. p. 16.

¹⁰⁸ LIMONGI, Fernando. Fernando Henrique Cardoso: teoria da dependência e transição democrática. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, n. 94, Nov. 2012. p. 190. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000300012. Acesso em: 19 jun. 2015.

levam à década de 50 e 60, como crítica à CEPAL, que entendiam a América Latina de acordo com a ideologia hegemônica dos países centrais.

Ainda nos anos 1970, abre-se uma discussão interna a respeito do caráter da dependência, que terá como consequência uma divisão entre a concepção weberiana de Fernando Henrique Cardoso e a concepção marxista de Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini. A divisão teve repercussão tão importante que parte dos historiadores – Diana Hunt (1989), por exemplo – passa a se referir ao aporte da dependência, denotando acordo apenas parcial dos estudiosos do tema em relação ao objeto de estudo, porém, significativas diferenças metodológicas¹⁰⁹.

Dentro da TD, surgida para repensar o modelo cepalino,¹¹⁰ o qual defendia que o crescimento da América Latina aconteceria por etapas, temos duas formas de pensamento sendo que, o ponto de convergência seria o entendimento de que o continente latino-americano estava na “periferia”, dependendo dos países de “centro”, que detêm meios técnicos e científicos em escala ampliada em relação à “periferia”. A ideia de “dependência” aponta para subordinação, ou seja, o crescimento da região está atrelado às necessidades do “centro”. Outro problema apontado pelos expoentes da TD seria o padrão de desenvolvimento capitalista e a Divisão Internacional do Trabalho, que ocorre pela imposição imperialista. Essa imposição acaba servindo como modelo para o que, na visão de Marini, é chamado de subimperialismo.

Os países periféricos foram limitados por países centrais para a dependência tecnológica. A relações internacionais movidas pelos valores capitalistas e consequentemente pela competição promoveu uma lógica que coloca em desvantagem os países periféricos. “Todavia, esse limite não impediria o estabelecimento de importantes contradições no processo de acomodação entre países subimperialistas e imperialistas”¹¹¹.

Reproduzir a dominação torna-se um padrão no qual os subdesenvolvidos que possuem melhor condição imitam os países hegemônicos. Ainda de acordo com Marini, o Brasil estaria à frente do México e da Argentina para exercer esse subimperialismo na América Latina¹¹².

¹⁰⁹ ALMEIDA FILHO, N. *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Org: Niemeyer Almeida Filho. Brasília: Ipea, 2013. p.11.

¹¹⁰ Referente a CEPAL - *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* que está associada as Nações Unidas.

¹¹¹ MARTINS, 2013, p.22.

¹¹² MARTINS, 2013, p.22.

A posição de FHC, embora conivente com o sistema capitalista, aborda um aspecto importante e que ajuda a entender a realidade do subdesenvolvimento latino-americano. Fernando Henrique entende que a responsabilidade não está apenas na relação desigual, entre países periféricos e centrais, mas na ação dos países de “periferia”, que criam obstáculos internos. Sua posição contrapõe-se à de Marini no sentido em que entendia que uma revolução não resolveria o problema, além de afirmar que a sua TD poderia ser utilizada em outras regiões, visto que esta

[...] atrela desenvolvimento capitalista a regimes autoritários em países de desenvolvimento tardio. Há desenvolvimento mesmo onde não há revoluções burguesas e/ou camponesas. E há desenvolvimento capitalista. Por isso mesmo, a teoria da dependência pode ser transposta a outros contextos e regiões geográficas¹¹³.

A explicação dada pela Teoria da Dependência, aponta para a necessidade de mudança estrutural e não apenas para reformas paliativas ou implementação de “Modernização Conservadora”. O Brasil manteve sua configuração colonial, em termos de relação comercial, na produção de matéria-prima. Sua organização, assim, ocorreu para atender as necessidades externas, e não as suas próprias. Esse tipo de organização comprometeu econômica, social e politicamente o país.

A posição de submissão de países da América Latina às elites internacionais e a não socialização da riqueza compromete o desenvolvimento de tais países. A estrutura viciada pelo ciclo exploratório dos países centrais naturaliza à exploração dos países periféricos que por sua vez exploram seus assalariados.

Diante do exposto, pode-se perceber que a Teoria da Dependência explica o subdesenvolvimento da América Latina, dentro de uma perspectiva marxista não dogmática. Em linhas gerais, a perspectiva da TD aponta para uma reflexão acerca do padrão adotado (e ao mesmo tempo imposto pelos países de “centro”) por governos das nações de “periferia” que não são colônias por “direito” e reconhecimento político, mas que acabam se tornando de “fato”, uma vez que, mesmo soberanos, colocam-se em condição de subordinados.

O neoliberalismo de modo categórico delimitou o papel dos países periféricos no cenário mundial. Marini entende que a relação com os países de “centro” leva a

¹¹³LIMONGI, 2012, p. 192.

uma “formação social”, isto é, gera uma reprodução no campo social e ideológico, traduzido em conformação e alienação¹¹⁴.

O momento atual é marcado pelo capitalismo financeiro, em que a concentração de capital tende a manter-se nas mãos das grandes empresas que detêm o monopólio para a exploração de riquezas e mais-valia. Esse momento é caracterizado também pela fusão de bancos e empresas, o que fortalece a noção de monopólio, não dando espaço para as empresas familiares e comprometendo a distribuição de renda, o que atinge de modo sacrificial os países periféricos e a população mais pobre.

O desafio a ser considerado para a mudança da situação atual é conscientizar o povo e os governantes, visto que o espírito de subserviência impregnado e reproduzido culturalmente também constitui um mecanismo de dominação pelos países hegemônicos. Os conceitos aqui abordados permitem enxergar que a realidade brasileira foi culturalmente condicionada a manter determinados traços para o benefício e a manutenção das elites.

Os termos Patrimonialista, Colonialismo, Patriarcalismo, Clientelismo, Modernização Conservadora e Teoria da Dependência abordados no texto ajudam a compreender a realidade brasileira e apontam para problemas estruturais na formação política e cultural. Tais ranços favorecem a desigualdade na distribuição de renda e muitos problemas sociais, o que faz com que a pregação da Teologia da Prosperidade seja ainda mais perversa, haja vista a configuração social que serve de palco para a sua aplicação.

2.2 Contextos Políticos, Econômicos e Eclesiásticos nos anos de 1990

A teoria da Secularização nasceu e se tornou notada nos anos 50 e 60. Nesse período, no cenário político internacional temos o germe do que seria o neoliberalismo nos anos 70 nos Estados Unidos e na Europa.

O “Paradigma Econômico” utilizado tanto no secularismo quanto na teoria da Escolha Racional é uma evidência da utilização da economia como mecanismo para

¹¹⁴ MARTINS, 2013, p. 41.

se entender a religião. No fim dos anos 80, Gary S. Becker usa a expressão “Imperialismo Econômico” para a explicação econômica de fenômenos não econômicos e que, naturalmente, estariam ligados a outros campos de estudo.¹¹⁵

A defesa de Becker em interpretar a realidade sob a perspectiva econômica lhe rendeu um prêmio Nobel em 1992. A reflexão sobre sua visão pode levar não propriamente a uma metodologia de leitura da realidade, mas a uma forma ideologizada de perceber a realidade.

[...] A Universidade de Chicago, o grande centro do pensamento neoclássico contemporâneo, teve cinco de seus professores como ganhadores do Prêmio Nobel de Economia entre 1990 e 1995. E dois dos mais renomados economistas neoclássicos do nosso tempo, Gary Backer e James Buchanan, ganhadores do Nobel, construíram suas carreiras acadêmicas estendendo a metodologia econômica neoclássica a fenômenos considerados não econômicos, como política, burocracia, racismo, família e fertilidade.¹¹⁶

A leitura da realidade sob a perspectiva econômica de Becker é reconhecida e selada como valiosa pelo prêmio recebido e reafirma a economia hegemônica liberal. E esse pensamento hegemônico cria mecanismos para sustentação própria, o que se percebe na metodologia de Berger com sua percepção econômica da realidade. A hegemonia liberal alcançou seu espaço por meio de um processo relacional com o capitalismo, podendo ser compreendido como a face política desse sistema.

A realidade brasileira foi forjada ideologicamente sob a premissa do liberalismo ao longo da história. Apesar de o foco estar nos anos de 1990, quando o neoliberalismo é assumidamente adotado, convém um breve retrospecto de como essa sociedade foi historicamente condicionada. Analisando o cenário político e teológico, há mudanças significativas ao ponto de influenciar a cultura do país.

Na década de 1970 o êxodo rural motivado pela industrialização dos grandes centros promoveu o crescimento de áreas urbanas. A partir dessa época a população rural tornou-se menor que a urbana. A importação de tecnologia dos países desenvolvidos promoveu mudanças estruturais na sociedade. A aquisição desse equipamento serviria não apenas para o mercado interno, mas também para exportação “[...] à importação do pacote tecnológico dos países desenvolvidos, cuja

¹¹⁵SCHLAMELCHER, 2013, p. 258.

¹¹⁶SUNG, Jung Mo. *Desejo, Mercado e Religião*. Petropolis/RJ. Ed. Vozes, 1997. p. 111.

base era a mecanização, a adubação química e o cultivo com agrotóxicos, que reduziu drasticamente o emprego agrícola”¹¹⁷.

A chegada de novas tecnologias ao meio rural trouxe a modernização do setor ao país, mas implicou na saída da população dos campos para os grandes centros que passavam pela industrialização. Nesse contexto a estrutura das cidades não atendia a massa fortalecendo numericamente as áreas pobres.

Na década de 1970 os neopentecostais crescem nos ambientes periféricos. A leitura bíblica é distinta da abordagem do protestantismo de origem tradicional-histórico “[...] a vivência da religião rompe com a ética protestante presente no protestantismo histórico e até mesmo com temas comuns às religiões cristãs, como a caridade, a salvação e a rejeição dos prazeres do mundo”¹¹⁸.

A TP dos anos 70 coexiste com a Teologia da Libertação (TL), mas não se desenvolve devido à conjuntura. Nesse momento histórico, os movimentos sociais estavam florescendo devido à relativa abertura do período. Desse modo, a TL possuía maior relevância, estimulando a mobilização através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), além de a popularização da mensagem por meio de seus muitos expoentes. Após significativa participação no cenário político brasileiro, a TL se recolhe e “[...] os movimentos populares progressistas perderam, nos anos 90, o apoio irrestrito do maior aliado que tiveram ao longo dos anos 70 e parte dos 80 no Brasil - a Igreja católica, em sua ala da Teologia da Libertação.”¹¹⁹

Em termos econômicos e geográficos no Brasil desse período, temos o êxodo rural dos anos 60 ao final da década de 70, quando a população deixa o campo para os centros industriais. Muitas mudanças estavam ocorrendo no país tanto no cenário político e social quanto no teológico.

Diante desses fatos, é correto afirmar que até os anos 80, efetivaram-se as seguintes transições: do campo rural para o industrial, da ditadura para a

¹¹⁷ TELO, Fabricio; DE DAVID, Cesar. O rural depois do êxodo: as implicações do despovoamento dos campos no distrito de Arroio do Só, município de Santa Maria/RS, Brasil. *Mundo agr.*, La Plata, v.13, n.25, 2012. p.3. Disponível em:

<http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-59942012000200005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 19 mar. 2015.

¹¹⁸ SOUZA, Bertone de Oliveira. Teologia da Prosperidade e a redefinição do protestantismo brasileiro: Uma abordagem a luz da análise do discurso. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano IV, n. 11, Setembro 2011. p. 1. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf10/12.pdf>> Acesso em: 19 jun. 2015.

¹¹⁹ GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997. p.314.

democracia e da TL para a TP. Essas mudanças no Brasil foram norteadoras em termos culturais.

Sob muitos e fundamentais aspectos, o golpe de 1964 – e a nova situação que ele instaurou no país – marcou um divisor de águas também na esfera da vida cultural. O ingresso do Brasil na época do capitalismo monopolista de Estado (CME) – ingresso facilitado e impulsionado pelo regime militar – trouxe alterações importantes na esfera da superestrutura, tanto no Estado em sentido restrito quanto no conjunto dos organismos da sociedade civil; e não poderia deixar de ter consequências no terreno da produção cultural¹²⁰.

As tendências pelo liberalismo em termos históricos foram perceptíveis desde tempos remotos na nação brasileira, o que remete à ideia de um projeto instituído por países centrais. Nos anos de 1990, muitas mudanças no cenário social e político se manifestaram. O país havia sofrido com a Ditadura Militar de 1964 a 1985; em 1988 a Constituição Cidadã é dada ao povo e as esperanças de uma nova realidade estavam firmadas na população.

Em 1986, José Sarney, que apoiara a Ditadura, assume como presidente da nação após a morte de Tancredo Neves. Em 1989 é iniciada a campanha para a presidência da República, pela qual Fernando Collor de Mello sai vitorioso para ingresso no ano seguinte.

O país buscava estabilidade devido às grandes turbulências econômicas dos anos 80, à inflação altíssima, alto desemprego e à miséria. A postura política adotada foi de abraçar a política externa, diminuindo a ingerência do Estado sobre a economia e, para isso, recorreu-se à venda das estatais para empresários estrangeiros. Após escândalos e dois anos de governo, Collor deixa a presidência por *impeachment* e Itamar Franco assume a política em 1994. Depois disso, Fernando Henrique Cardoso assume e consolida a entrada do Neoliberalismo no país.

Apesar do ponto de partida rumo a adesão ao neoliberalismo por Collor de Mello (ex-presidente 1990-1992) o consenso dentre os estudiosos em relação à entrada do Brasil no contexto neoliberal aponta o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) como o desenvolvedor do projeto político e econômico que forneceu base neoliberal, que permitiu mudanças estruturais na economia nacional¹²¹.

¹²⁰ COUTINHO, 2011, p.61.

¹²¹ SANTANA, Joana Valente. *Gestão de Cidades no Brasil*. Campinas/SP: Papel Social, 2013. p. 44.

O neoliberalismo serve ao capitalismo politicamente e a adesão do país a essa forma de política minimiza a ação do Estado, concede autonomia ao mercado e privatiza ambientes estatais, outrora públicos. O Brasil, como um país periférico, e, portanto, dependente dos países centrais, adentrou nesse processo de fortalecimento do capital e de atualização e harmonização em relação ao cenário mundial.

O neoliberalismo no Brasil, na verdade, é resultado de um processo iniciado no período colonial. Na ocasião, o favorecimento das elites e a educação com base em ideário iluminista e em John Locke, com o liberalismo, favoreceram a formação do quadro atual.

A formação histórica das classes dominantes que se utilizou de meios de dominação e “repressão aberta e/ou mecanismos mais refinados de controle, revelaram-se capazes de erguer um sempre renovado sistema de privilégios e uma metódica exclusão das classes e camadas subalternas dos avanços sociais”¹²². A relação entre a classe hegemônica e o sistema político está intrinsecamente ligada, pois a hegemonia se mantém por meio do exercício político em favor dos interesses que constroem a base para manter o status social.

O ideário neoliberal, no Brasil atual é adotado politicamente e visa se instalar como cultura nas variadas instâncias sociais, inclusive na religiosa, e objetiva ser assimilada pelo senso comum como realidade necessária. Na história da educação brasileira, vemos a atuação da classe dominante sendo privilegiada ao desfrutar de resoluções que facilitavam o acesso à educação em geral, principalmente a superior¹²³.

Com a dependência do mercado externo e o compromisso com instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o país dispensa investimentos na assistência, isto é, saúde e direitos universais do povo brasileiro, conforme Constituição Federal de 1988, para criar fundos e pagar a banqueiros internacionais. Atualmente gasta-se mais com esses compromissos do que com a seguridade social, exceto a previdência social¹²⁴.

¹²² NETO, 1999 apud SANTANA 2014, p. 76.

¹²³ GHIRALDELLI Junior, Paulo. *Filosofia e História da Educação Brasileira*. Barueri/SP: Manole, 2003. p.48.

¹²⁴ BEHRING, Elaine Rossetti. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete (orgs). *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 50.

Em termos genealógicos, o Brasil foi preparado pelo liberalismo europeu para o neoliberalismo surgido na segunda metade do século XX. As transições políticas exigem mudanças estruturais e adequações que trazem consequências no modo de vida da sociedade “A neoliberalização precisava, política e economicamente, da construção de uma cultura populista e neoliberal fundada no mercado, que promovesse o consumismo diferenciado e o libertarianismo individual”¹²⁵.

A cultura consumista é implantada ideologicamente e incorporada culturalmente. A proposta de liberdade para consumo atinge a subjetividade, a posse da mercadoria tornou-se sinal de realização. A pós-modernidade como face cultural do sistema capitalista estimula a satisfação. A neoliberalização ocupa o papel político, para o estímulo do consumo. “No tocante a isso, ela se mostrou mais que compatível com o impulso cultural chamado ‘pós-modernismo’, que havia muito espreitava no ninho, mas agora podia surgir emplumado, como dominante tanto cultural quanto intelectualmente”¹²⁶.

Em meio à situação de crise na saúde e na educação, à recessão econômica, ao desemprego e à desesperança, a religiosidade efervesceu. A igreja evangélica brasileira, nessa transição da ditadura militar para a democracia neoliberal, entra em crescimento e as igrejas de linha pentecostal e neopentecostal passam a ocupar espaços nos meios de comunicação para divulgar sua fé.

A Igreja Universal do Reino de Deus ganhou posição consolidada como o segundo maior império de mídia no Brasil, seguida pelas igrejas Internacional da Graça, Renascer em Cristo, Deus é amor, Batista da Lagoinha, e por empresários evangélicos de comunicação como o deputado federal Arolde de Oliveira (Grupo MK), o ex-deputado federal Francisco Silva (Rede Melodia), e o pastor Samuel Câmara, da Assembleia de Deus de Belém/PA (Rede Boas Novas de TV e Rádio).¹²⁷

A partir desse momento, as figuras híbridas do pastor/empresário, pastor/político se tornam comuns. Percebe-se uma concentração de poder religioso/político/financeiro. Diante desse quadro, o ambiente político se coloca à disposição para barganhas com vistas ao eleitorado que segue esses líderes.

As ações empreendedoras de inclinação social ou simplesmente comercial são características do Estado neoliberal. Tal abertura ajudou a fortalecer instituições religiosas com seus projetos sociais ligadas inclusive a políticos, mas que pode ser

¹²⁵ HARVEY, 2013, p.52.

¹²⁶ HARVEY, 2013, p.52.

¹²⁷ CUNHA, 2014, p.123.

vista como forma de retirar do Estado a responsabilidade com a assistência à população e a permissão da instrumentalização das necessidades para fins políticos, o que permite a intervenção de instituições religiosas na assistência da população e fomenta seu crescimento. O espaço deixado pelo Estado é, portanto, ocupado pela religião, por organizações criminosas ou por quem puder tirar algum proveito.

O projeto de ocupação do espaço público resultaria em muitos benefícios, por isso a bancada evangélica capitaliza influência para alcançar seus objetivos de expansão através de concessões cedidas por governos para a exploração de meios midiáticos.

A atuação daquela primeira bancada no Congresso Constituinte 1986-1989 foi marcada pelo fisiologismo e a história farta distribuição de estações de rádio e canais de TV aos deputados evangélicos (com estreita relação com a ampliação da presença de evangélicos nas mídias no período), o que levou à criação, em 1990, do Movimento Evangélico Progressista, em oposição¹²⁸.

E nos anos de 1990, o Bispo Edir Macedo recebe concessão do Governo Federal para o funcionamento da Rede Record de Televisão. A pregação da Teologia da Prosperidade atrai muitos fiéis e fortalece essas instituições, que investem em rádios, jornais, editoras, gravadoras e em diversos seguimentos midiáticos. “A presença das igrejas nas mídias torna-se, nesse contexto, um valor, uma meta. A partir dos anos 90 há um amplo empreendimento da presença nas diferentes mídias entre os evangélicos, mais precisamente os pentecostais”¹²⁹.

O movimento gospel concede uma nova imagem aos evangélicos. A impressão de extravasamento e ruptura com as formas tradicionais se firma como cultura de entretenimento, consumo e bem-estar. Esse movimento é marcado pela passagem do século XX para o XXI, a adesão da tecnologia nos cultos e uma nova forma de enxergar o mundo. Os shows e eventos de grande magnitude com a mobilização de multidões. Eventos de visibilidade em grandes centros urbanos como a Marcha para Jesus, ligado à igreja Renascer a mais de 20 anos são noticiados todos os anos¹³⁰.

¹²⁸CUNHA, 2014, p.125.

¹²⁹CUNHA, 2007 *apud* CUNHA, 2014, p.123.

¹³⁰CUNHA, 2014, p.123.

O que se observa a partir da conjuntura proposta é um alinhamento ou um reflexo entre as tendências sociais e eclesiais. As últimas décadas foram marcadas por eventos simbólicos, como a queda do muro de Berlim em 1989, derrubando a Alemanha Oriental comunista; os atentados de 11 de setembro de 2001 por religiosos radicais islâmicos; e a revolução tecnológica, com a popularização da *internet*. As rápidas mudanças no cenário mundial apontam para a consolidação hegemônica do capitalismo enquanto sistema econômico e para a adoção da política neoliberal como parâmetro político. O reflexo ou a reação a essas mudanças sociais leva as igrejas à assimilação de valores pós-modernos como o pragmatismo, que, na verdade, está alinhado ao espírito de competitividade proveniente do capitalismo.

O Brasil se integra e acompanha essa avalanche de mudanças por meio da globalização e da submissão ao mercado internacional. A igreja evangélica como instituição religiosa, e inserida no Estado, não deseja perder sua relevância, e para isso se atualiza.

O movimento evangélico no Brasil “tem sofrido significativas transformações nas últimas duas décadas na dinâmica de adaptação à contemporaneidade, o que media a configuração de novas formas culturais religiosas. A cultura *gospel* é uma delas”.¹³¹ Em meio a essa cultura, a TP, que não é exclusividade brasileira, mas foi adotada com sucesso no país. Essa teologia, para os fiéis, aponta a direção a seguir dentro do ensino bíblico. Um olhar mais próximo revela, na verdade, a ideologia; como um objetivo de vida que não se limita, todavia, apenas ao exercício da espiritualidade.

A religião é uma concepção de mundo, uma forma de dirigir a vida de maneira e adequá-la à fé praticada, “mas por que chamar essa unidade de fé de ‘religião’ e não de ‘ideologia’ ou mesmo de ‘política’”¹³². Por isso, a religião não deve ser vista de maneira simplista, pois está ligada à dominação e ao governo; na condição de “política”, sua utilidade sobre o senso comum e sua instrumentalização para determinados fins é um mecanismo poderoso para legitimar ações e decisões.

A importância da investigação acerca da ideologia é de grande importância, visto que a mesma não se restringe à abstração pura e simples. Ela possui

¹³¹ CUNHA, 2014, p.122.

¹³² GRAMSCI *apud* BURUTI, 2011, p.27.

materialidade, influencia o cotidiano, enriquece e empobrece, aprova políticas e condiciona a cultura e se torna perigosa quando assume a roupagem de religião.

2.3 A ideologia hegemônica sob a roupagem de religiosidade

A ideia de secularização, revista por Berger e por outros pesquisadores, dá lugar a uma percepção de que a religião, na verdade, seguiu o curso de transformação social com naturalidade, assim como todas as áreas da sociedade, o que aponta sua ligação com os sistemas vigentes. Como afirma Campos, o que ocorreu foi além de uma mudança da rigidez para a flexibilidade, pois a religião “inverte” o fluxo de suas ações de “contracultura” para “pró-cultura”.

A liderança evangélica em meio às mudanças culturais, não se contém na esfera privada a posição assumida é pró-cultura como forma de manutenção de plausibilidade do discurso. “A partir de então, eles passam a organizar as demandas do laicado, introduzindo-se, dessa maneira, a vontade religiosa na ordem política da sociedade”¹³³.

A ação é deliberada, no sentido de que se admite a existência de uma demanda e o caminho para supri-la é político e ideologicamente comprometido com os ideais da classe hegemônica. A ideologia a ser concebida, na realidade, objetiva o firmamento de uma visão de mundo nos moldes que satisfazem às necessidades de uma classe dominante e é transmitida e assimilada de forma sutil através de mecanismos variados.

A ocupação de espaços em variados setores da sociedade, sobretudo nas áreas ligadas à formação de opinião, permite que “a ideologia dominante tenha uma grande vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação do conflito, já que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade”¹³⁴. Esse controle é manifesto tanto em sentido aberto e claro quanto dissimulado por uma aparência que não condiz com a real intenção, ou seja, um processo de alienação, onde o indivíduo sem ter consciência age de maneira a promover a manutenção da classe hegemônica ou o funcionamento da mesma. O que ocorre no ambiente religioso da TP em que muitos de seus expoentes não têm

¹³³ CAMPOS, 1997, p.460.

¹³⁴ MÉZÁROS, 2004, p.59.

consciência da contribuição dada a manutenção de um sistema que privilegia o consumo, favorece o ideário político neoliberal e culturalmente alinhado com a pós-modernidade.

Tanto Antônio Gramsci quanto Louis Althusser citam os chamados “Aparelhos Ideológicos do Estado”, apesar das diferentes concepções de ideologia, para explicar a afirmação e a manutenção da classe hegemônica em sua posição. Para melhor compreender tais aparelhos, é importante refletir sobre o que é ideologia e quais seus efeitos.

O termo ideologia foi trabalhado por vários autores, por sua relevância e seu poder transformador. A ideologia não é apenas ideia abstrata, mas possui materialidade, já que desconstrói ou constrói a realidade.

A ideologia conceituada sob a perspectiva meramente subjetiva, ou seja, apenas como ideia, não considera efeitos, objetivos na materialidade. O confinamento ao mundo das ideias é inadequado, considerando que tal conceito possui força material quando utilizado de forma política e como relação de poder eternizando e naturalizando os processos sociais e históricos dessa forma é concebida como um instrumento de dominação.¹³⁵

A visão marxista acerca da ideologia é vista sob a perspectiva da luta de classes, além de desconsiderar a neutralidade de um pensamento, haja vista que o parecer estará sempre contaminado por algum tipo de ideologia de classe. “Todo conhecimento está comprometido com interesses sociais. Esse fato dá uma dimensão mais ampla do conceito de ideologia; ela é uma ‘visão de mundo’, ou seja, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade [...]”¹³⁶. A imposição sutil e mascarada da ideologia dominante cria ilusão quanto à realidade. Trata-se de uma proposta boa na aparência, mas que, na essência, carrega outra finalidade. O pensamento de Marx e Engels quanto à ideologia aponta a “deformidade que a ideologia procura impor ao real, tornando-o não transparente aos olhos dos agentes sociais, refere-se ao seu vínculo direto com a dominação de classe”¹³⁷.

Os espaços sociais são determinados pela relação imposta pela classe dominante aos dominados. A ideologia apresentada de maneira nebulosa mascara a realidade “como o resultado de uma vontade exterior e irresistível a eles – seja, ela,

¹³⁵ BURITI, 2011, p.21.

¹³⁶ FIORIM, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1998. p.29.

¹³⁷ BURITI, 2011, p. 20-21.

o Destino ou a Razão – que designaria antecipada e indiscutivelmente os lugares sociais de cada indivíduo, grupo ou classe social”¹³⁸. A ideologia abre condições para a condução da sociedade, sem que a própria sociedade (em grande parte) se dê conta da sugestão ideológica.

A construção da ideologia como conjunto de valores e ideias chega ao ponto de gerar, no senso comum, impressões fatalistas de uma vontade “exterior e irresistível”, conforme citado. Desse modo, a ideologia pode determinar a realidade, a qual o indivíduo pode entender como sendo da vontade de Deus; desconsiderando, assim, o processo de construção social.

O fatalismo e a inércia também podem nascer desse mundo de ideias que desce para o senso comum. “Naturalização e eternização de processos sociais fundamentalmente históricos e mutáveis, a ideologia surge, então, como *instrumento* de dominação através da imposição de uma falsa representatividade do mundo real.”¹³⁹

De modo menos contundente em relação à luta de classes, Althusser trata a questão da ideologia no inconsciente, e não como ação política deliberada como Gramsci e Marx, apesar de não descartar esse tipo de apropriação ideológica. A ideologia na condição de miragem permite uma interpretação falsa da realidade. “A ideologia é, portanto, pensada como uma construção imaginária cujo estatuto é exatamente o mesmo estatuto teórico do sonho nos autores anteriores a Freud”¹⁴⁰.

A construção da relação do “homem com o mundo” se constitui em uma poderosa forma de entendimento ontológico, a qual remete a questões existências amplas e de natureza subjetiva e, por que não dizer, até mesmo religiosas, se entendermos a religião como uma forma de encarar e de entender a realidade. Para Althusser, a ideologia é um sistema necessário à sociedade devido a suas representações. Na condição de imaginário, a estrutura ideológica permanece inconsciente aos expoentes e deste modo formula a relação do homem com o mundo. A ideologia está presente na sociedade como uma necessidade, embora não perceptível como força abstrata da estrutura. A ideologia representa não o

¹³⁸ BURITI, 2011, p. 20-21.

¹³⁹ BURITI, 2011, p. 22.

¹⁴⁰ ALTHUSSER, 2010, p.83.

mundo real, mas a interpretação previamente condicionada que os homens mantêm com este¹⁴¹.

A expressão “consciência viciada” nos apresenta um certo tipo de prisão, de um mundo não real, mas construído por homens, baseados em suas impressões sobre a realidade. Essa realidade pode ser relativa, todavia, o que se percebe é a prevalência da síntese da perversidade e preeminência do homem sobre o homem.

Em Gramsci, a ideologia é, portanto, um poderoso instrumento transformador da realidade, por isso, pode-se entendê-la como mecanismo para a instalação de uma ordem social, uma ferramenta política. Sua definição em relação a Marx expressa positividade, e sua ênfase não recai sobre o mascaramento da realidade.

A ideologia pode ser vista como uma concepção de mundo e se manifesta de modo subliminar em vários setores da sociedade como na arte, no direito, na economia e nas várias instâncias da vida. Deste modo, “Está aberto o caminho pelo qual se pensa a ideologia a partir do político, seja como forma de dominação, seja como forma de reação contra a dominação”¹⁴².

A hegemonia e a contra-hegemonia estão presentes no pensamento de Gramsci acerca da ideologia. Seu conceito aponta para a “onipresença da ideologia”, o que nos apresenta a tipos de ideologias. Para Gramsci, ideologia e política se relacionam como a teoria e a prática e está para além da convicção de falsa consciência.

As organizações culturais propriamente ditas são a Igreja, a organização escolar e as organizações de imprensa. A igreja, após ter, sob o bloco histórico precedente, o quase monopólio da sociedade civil (“a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época”, a escola, a instrução a moral, a justiça, a assistência, etc.) conservou uma boa parte desse domínio.¹⁴³

O que se compreende de tudo isso é que a ideologia sustenta as ações políticas. Sem ela não se faz política, não se governa e, independentemente de ser percebida ou não, a ideologia está presente de alguma forma usando roupagens variadas em forma de caridade, espiritualidade, ciência, etc...

A ideologia, uma vez assimilada pela cultura, adentra espaços variados que passam a ser autenticados como tradição. O poder dela assegura governos e

¹⁴¹ BURITI, 2011, p. 22.

¹⁴² BURITI, 2011, p. 27.

¹⁴³ PORTELLI, 1977, p.27.

espaços importantes para a classe hegemônica. “Assim, a ideologia tem a ver, no espaço do social, com uma prática de dominação, assegurando a unidade do bloco social. Ou seja, através dela se conserva a unidade *ideológica* do bloco social”¹⁴⁴.

A cultura gospel traz um conceito de culto adaptado a linguagem do momento. No anseio pela manutenção de relevância a adesão a essa cultura mudou a forma de culto e passou a enfatizar o que outrora era classificado como mundano. Hoje é comum ver evangélicos que se tatuam, usam piercings e roupas descoladas e extravagantes para os padrões anteriores aos anos 80, etc... O processo de adaptação à contemporaneidade remete à reflexão sobre a assimilação cultural. E isso está além do comportamento e das exterioridades.

A ideologia hegemônica se enraíza na sociedade atingindo todas as áreas, das mais simples às mais complexas e sofisticadas. Quando se estabelece o ideário ele passa a ser percebido pelo senso comum como positivo devido à sua consolidação. Com base nisso, “a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo”¹⁴⁵. A ideologia adentra o campo da linguagem e da formação da realidade do indivíduo. Uma forma de enraizamento no indivíduo como consequência na sociedade para dominação e exercício da hegemonia.

É com essa formação discursiva assimilada que o homem constrói os seus discursos, que ele reage linguisticamente aos acontecimentos. Por isso, o discurso é mais lugar de reprodução do que de criação. Assim como uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer¹⁴⁶.

As igrejas estão relacionadas como um Aparelho Ideológico de Estado. Elas estão envolvidas com a formação cultural da sociedade. Diante disso, o que se observa, considerando a realidade presente, é uma adesão deliberada e irrestrita à disseminação da ideologia neoliberal por meio da Teologia da Prosperidade.

A relação entre ideologia e política é íntima, e com a ascensão neopentecostal a partir dos anos 90 no Brasil, esse grupo, de maneira representativa, passou a ocupar cargos em variadas instâncias de poder. A bancada evangélica tem participado ativamente de debates políticos, principalmente ligados a questões de direitos humanos e de moral cristã.

¹⁴⁴ BURITI, 2011, p. 28.

¹⁴⁵ FIORIN, 1998, p.32.

¹⁴⁶ FIORIN, 1998, p.32.

Essa formação tem crescido e consolidado seu espaço. Seu referencial ideológico conservador alinha-se a grupos que prezam pela manutenção da moral cristã. A ocupação desses espaços remete à discussão sobre a religião e a esfera pública, a laicidade do Estado e sobre outras questões a serem abordadas adiante.



3 A PRÁXIS ECLESIASTICA BRASILEIRA

3.1 O estado laico e o discurso religioso

O crescimento dos evangélicos no Brasil nos anos de 1990 trouxe consequências à política. A eleição de candidatos pertencentes a várias denominações, mas de modo especial ligados ao pentecostalismo e ao neopentecostalismo, marcou o início de uma fase distinta em relação ao momento anterior de ditadura militar. Tal crescimento foi alcançado em vários sentidos; pode-se destacar o âmbito político (pelo grande número de candidatos eleitos), o econômico (pelos investimentos em várias áreas); e também o numérico (considerando a grande quantidade de pessoas que aderem à fé desses grupos). A cultura gospel marca a passagem do século XX para o XXI, trazendo um novo conceito de culto e vida cristã¹⁴⁷.

Os mecanismos de comunicação de massa (rádio e televisão) foram ocupados por religiosos, por meio de concessão ou até mesmo por meio da compra de horários para veicular suas mensagens nos canais de TV, o que representa alto investimento financeiro. Esse cenário que envolve representação política, econômica e numérica chama a atenção do poder hegemônico. A associação entre religião, política e Estado remete-nos à modernidade e à organização dos Estados Modernos.

O tema Igreja e Estado é antigo, e um breve retrospecto se faz necessário para compreender a separação de ambos e a importância do Estado. A base da política atual leva-nos à Modernidade quando se discute acerca da relação “Igreja e Estado”.

A secularização, após a Reforma Protestante, mais especificamente no período dos pensadores modernos, tem como marco o esvaziamento do poder religioso do governante. Ocorre a aproximação da política com as ciências e a separação entre a teologia e o poder político, devido à mudança de paradigma, outrora teocêntrico e medieval, para um formato antropocêntrico e moderno.

¹⁴⁷ CUNHA, 2014, p.123.

Para Montesquieu, a governança requer atenção a fatores como religião, costumes, clima e tradição, pois tudo isso tem o poder de afetar o modo de governar. A formação de homens honrados e virtuosos em um Estado moderno e democrático é função da educação. Em um regime despótico que utiliza a religião e que prega o respeito “cego” tende a produzir um governante desapegado das suas responsabilidades públicas¹⁴⁸.

A religião pode autenticar a posição do governante, afinal, no contexto cristão, acredita-se que a posição em que se encontra foi dada por Deus, e levantar-se contra o político pode significar levantar-se contra Deus. Assim, a religião instrumentalizada serviu ao absolutismo e muitos reis foram coroados por Papas na era medieval.

Tanto Montesquieu quanto os demais “contratualistas” acreditavam na separação da Igreja e do Estado. A liberdade seria, portanto, fazer tudo o que é permitido pela lei. A defesa da não intervenção da Igreja sobre o Estado e a defesa da propriedade privada se alinham ao pensamento liberal. Assim, o Contrato Social se torna plausível em uma sociedade marcada pelo absolutismo.

Para Montesquieu o Estado deve manter-se laico, portanto, regido por leis para manter sua existência e a proteção de seus integrantes. A religião deve manter-se na esfera privada, do contrário, o conflito entre a religião e o governo pode estabelecer-se.

Há, porém, uma coisa que pode às vezes ser oposta à vontade do príncipe: a religião. Pode-se abandonar e mesmo matar o pai, se o príncipe assim o ordenar, mas não se beberá vinho, ainda que ele assim queira e ordene. As leis da religião são de preceito superior porque recaem tanto sobre o príncipe quanto sobre seus súditos. Entretanto, não sucede o mesmo com o direito natural: supõe-se que o príncipe não mais é homem¹⁴⁹.

As leis, segundo Montesquieu estão ligadas à razão humana. Seus pensamentos lançam base para a criação dos Estados Modernos. O liberalismo político não nega a religião, mas a situa fora do Estado, sendo uma esfera distinta, diferente da Idade Média em que a fusão entre igreja e Estado estavam presentes nos governos, como na Inglaterra com o anglicanismo, e no catolicismo romano em que o líder espiritual é o representante máximo do Estado.

¹⁴⁸ MONTESQUIEU, *O Espírito das Leis*. São Paulo: Ed. Nova Cultural. Volume 1, 1997. p.55.

¹⁴⁹ MONTESQUIEU, 1997, p.67.

O espírito liberal aceita a diversidade e, portanto, a livre consciência deve ser considerada como referência a esse momento histórico, como um pilar da modernidade. A afeição do Protestantismo Calvinista¹⁵⁰ com a modernidade revela uma parceria oportuna em momentos que se faz necessário a soma de forças para a execução de um projeto político.

3.2 A realidade brasileira e o contexto neopentecostal

No governo militar de 1964, ocorreu aproximação com religiões protestantes e evangélicas de vários seguimentos que entregaram seus membros ao regime. Esse período evidenciou a tendência política de tais instituições.

Atualmente, mais precisamente no ano de 2015, a aproximação entre políticos da “bancada evangélica” em eventos públicos como a “Marcha para Jesus” serve como ilustração da percepção política e do alinhamento entre a religião e o poder político. A bancada evangélica, nas instâncias de poder, tem-se mobilizado para a manutenção de um padrão moral tradicional, para esse fim, um discurso classificado como fundamentalista tem sido proferido de modo veemente em audiências públicas e em programas de televisão.

O discurso moral é a base para o posicionamento religioso no cenário político brasileiro. As questões estruturais não são discutidas, outros problemas de cunho econômico e social são pouco mencionados e trabalhados pela bancada evangélica.

No decorrer do século XX, os pentecostais se mantiveram isolados, politicamente. A ação dos pentecostais na política começou a se desenvolver efetivamente a partir da década de 70, isso não ocorreu apenas no Brasil, mas em toda a América Latina¹⁵¹.

O fenômeno do envolvimento político ocorreu junto ao crescimento numérico e o surgimento da “Teologia da Prosperidade” na realidade latino-americana. Esse grupo apresentava-se avesso à exposição pública, dando ênfase em não se

¹⁵⁰ Nem todas as versões de Protestantismo são dadas à modernidade. Weber descreveu o protestantismo calvinista como um movimento com traços de identificação ao liberalismo no livro: *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

¹⁵¹ FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. 1993. p.2.

contaminar com as coisas do mundo, transmitiam uma perspectiva enclausurada,¹⁵² um modo de vida ascético em certo sentido¹⁵³.

A mudança na relação entre fé e envolvimento político nos apresenta um momento distinto dos grupos pentecostais e neopentecostais. A visibilidade política e a conquista de espaços para a propagação da mensagem fundamentam e fortalecem o discurso triunfalista, impulsionando para mais ações na mesma direção.

O envolvimento político dos pentecostais não ocorre apenas no Brasil. Como relatado em capítulos anteriores, é notória a relação entre a política e a movimentação desse grupo religioso. É interessante observar que o cenário é muito parecido, no que diz respeito ao regime político vivenciado na América Latina nesse período. Os regimes autoritários e as ditaduras estavam em ebulição.

Citem-se, como exemplos, a criação de um partido político próprio na Venezuela, em 1978 (*Organización Renovadora Auténtica*); o surgimento da “Bancada Evangélica”, com trinta e três deputados na Assembleia Constituinte no Brasil (1986); sua interferência na eleição do primeiro mandato de Alberto Fujimori, no Peru, em 1990; a eleição de Jorge Serrano Dias, membro da Igreja Pentecostal El Shaddai (Deus Onipotente), como presidente da Guatemala; a criação de um partido político “evangélico” na Argentina em 1991; e, em todos os países, destaque-se também a criação de um sem número de organizações não-governamentais de combate às drogas, ao alcoolismo e de atendimento ao menor carente, bem como a intervenção no mercado de votos¹⁵⁴.

A adesão da população a esse movimento demonstra uma mudança de paradigma. A população desses países tem em comum uma história de opressão por parte dos seus colonizadores. Além da imposição de provedores de matéria prima a outros continentes, e de consumidores da tecnologia dos países centrais. A Divisão Internacional do Trabalho impõe tal papel a esse seguimento. A religião evangélica neopentecostal, com o discurso triunfalista, torna-se atraente pela pregação de uma vida melhor.

[...] em uma estimativa conservadora realizada entre 1990-94, calcula-se que 45 milhões de latino-americanos sejam evangélicos, dos quais, 1/3 protestantes e 2/3 pentecostais. A pentecostalização do universo evangélico de cada país varia de 30% nos Andes (onde 2 a 5% da população é evangélica) a 80% no Chile (com 15 a 20% da população evangélica). No

¹⁵² O ascetismo está mais ligado ao pentecostalismo tradicional no que diz respeito a aversão ao “mundo”, no neopentecostalismo a perspectiva é aberta quanto a participação social política.

¹⁵³ SOUZA, Etiane Caloy Bovkalovski de; MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. *Pentecostais: entre a fé e a política*. Revista Brasileira de História, vol. 22, nº 43, 2002, p. 87. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 7 out. 2015.

¹⁵⁴ SOUZA; MAGALHÃES, 2002, p. 87.

Brasil, onde 15 a 20% da população é evangélica, 62% é pentecostal. Na Guatemala, dentre os 30% de evangélicos, 75% é pentecostal.¹⁵⁵

Considerando o crescimento dos evangélicos de 1960 a 1985, tem-se um resultado expressivo nos países Latino Americanos. No Brasil, nesse período, esse seguimento religioso quadruplicou, na Bolívia quintuplicou, no Equador, Honduras e Colômbia aumentou seis vezes e na Guatemala aumentou sete vezes¹⁵⁶.

A ascensão midiática dos grupos neopentecostais e de seus representantes, que estão inseridos na política, indica o valor que o discurso religioso tem para a nação brasileira nos dias atuais. Há um contingente de 20% da população em um regime democrático, no qual o voto é determinante para a escolha dos governantes.

A visão ideológica conservadora tem gerado debates intensos, muitas polêmicas relacionadas a questões de comportamento têm projetado à mídia os defensores da moral cristã, como o deputado federal Marco Feliciano e o senador Magno Malta. A postura desperta interesse de outros grupos parlamentares para alianças.

Como é inerente à política brasileira, a busca por aliança é essencial para manter a governança. A aproximação de setores conservadores dos grupos evangélicos nos remete ao período da ditadura militar, ocorrida no Brasil nos anos de 1964 a 1985, quanto à intolerância do regime, a submissão e a participação das igrejas gerou marcas e sequelas terríveis.

A parceria dos evangélicos com os setores de direita, alinhados à política neoliberal, cuja árvore genealógica remonta a teorias neoclássicas e a ideologias ligadas à crença na existência da “mão invisível”, permite-nos entender que a ligação entre esses grupos não é algo fortuito. Mas, ao mesmo tempo, é importante notar que o neoliberalismo não é um simples produto ideológico, e sim um projeto.

A análise do crescimento neopentecostal, seu desenvolvimento e envolvimento político, não devem ser simplistas. A experiência com o sagrado move esse seguimento religioso. Limitar a explicação acerca do crescimento apenas à questão social da pobreza é demasiadamente superficial, pois a experiência com o sagrado é o que movimenta e mantém a massa. O discurso só tem sentido quando é experimentado e autenticado pela experiência pessoal, do contrário, a credibilidade do seguimento é comprometida.

¹⁵⁵ SOUZA; MAGALHÃES, 2002, p. 88.

¹⁵⁶ SOUZA; MAGALHÃES, 2002, p. 88.

O neopentecostalismo possui flexibilidade para adaptar-se ao ambiente, a formalidade não possui rigor como nas igrejas históricas permitindo desse modo torna-se fácil a adaptação ao ambiente. O cenário político e econômico do Brasil a partir dos anos 90 nos traz necessidade para mudança e adaptação, o que é difícil para “sistemas fechados” e fieis a tradições e a história, como as igrejas reformadas. A defesa de seus valores e convicções agindo contra o casamento gay, aborto e contra a descriminalização da maconha é uma forma de demonstrar força e manutenção de status, além de defesa de sua própria existência, pois, seus postulados não podem se tornar banais. A relevância da religião advém de sua capacidade de não perder a plausibilidade¹⁵⁷.

Historicamente, os movimentos e as denominações cristãs têm se envolvido com a política, a começar pela reforma protestante, que contesta o poder hegemônico do catolicismo; outro exemplo seria o dos metodistas na Inglaterra do século XIX, que contribuiu para a formação da classe operária.

O que se observa hoje, no Brasil, e ao longo da história, é uma tendência à instrumentalização da religião para fins políticos. As relações de poder, no ambiente político brasileiro, nos mostram alinhamento de interesses por parte da ala conservadora liberal e a bancada evangélica.

3.3 Teologia da prosperidade e política

A relação da teologia da prosperidade com a política aponta para uma natureza materialista e triunfalista. Seu surgimento no Brasil se deu na década de 70 e sua difusão nos meios eletrônicos permitiu que suas doutrinas e crenças se tornassem parte da prática de vida de muitos evangélicos, a confissão positiva, o uso do nome “Jesus” como meio para alcançar determinados fins.

O bispo e empresário Edir Macedo, em seu livro “Plano de Poder”, escrito em parceria com Carlos Oliveira, descreve o seguimento evangélico como um “movimento social” que deve influenciar, participar, assumir espaços de liderança e cargos políticos. E, para fundamentar sua opinião, utiliza filósofos como Aristóteles,

¹⁵⁷ O termo “plausibilidade” aqui utilizado está atrelado ao conceito de Secularização utilizado por Peter L. Berger no livro “O Dossel Sagrado” como visto no primeiro capítulo.

que acreditava na liderança de uma elite sobre os demais, o governo de poucos sobre muitos. Tendo como objetivo o bem-estar de todos.¹⁵⁸

O maniqueísmo político evangélico considera o Estado como um local de disputa espiritual e material. Assim se expressa Macedo: “Existem agentes do mal, que são aqueles que fazem oposição acirrada em vários sentidos – inclusive, ou principalmente, na política – aos representantes do bem”¹⁵⁹. A militância político-espiritual é um poderoso fator de motivação. Ele ainda argumenta “[...] do ponto de vista de Deus, com quem você acha que ele desejaria que estivesse esse poder e domínio?”¹⁶⁰. A leitura desse autor é indutiva, e exclusivista no que diz respeito à ocupação do espaço de poder. Ou seja, o “povo de Deus” deve comandar a nação politicamente. Sua defesa é de que Deus tem um projeto para a nação através do “Seu povo” e que a evolução social se dará por meio de seu governo.

Em termos práticos, percebemos no espaço político a prática da ideologia de Edir Macedo pela bancada evangélica. A visão estratégica não é ingênua. “Quando o tema é política, é importante entender que estamos tratando de um jogo de poder, o que requer certa arte e habilidades. Envolve uma disputa e, como toda disputa, exige estratégias eficazes para garantir a vitória”¹⁶¹.

A ação predominante na política da bancada evangélica segue uma linha pautada na moral. A IURD fundou o seu próprio partido e elegeu deputados federais, estaduais e senador. Utilizando seus recursos financeiros e midiáticos e carisma de instituição religiosa. Tal modelo constitui-se uma tendência na bancada evangélica. A ação triunfalista se mistura a “empresarial”¹⁶², criando desvios que ameaçarão o discurso moral do seguimento evangélico.

A religião neopentecostal é uma religião de massa. Portanto, atrativa a classe política que deseja seus votos. A possibilidade de influenciar nas decisões políticas do país e manter o seguimento em evidência moveu os evangélicos para a política, contudo, “a classe política evangélica é muito parecida com a classe política em

¹⁵⁸ MACEDO, Edir. *Plano de Poder – Deus, os Cristãos e a Política*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.p. 10.

¹⁵⁹ MACEDO, 2008, p. 12.

¹⁶⁰ MACEDO, 2008, p. 12.

¹⁶¹ MACEDO, 2008, p. 29.

¹⁶² A ação da IURD no contexto político é análoga a de empresas que financiam partidos políticos nas campanhas eleitorais.

geral. Não são os grandes vilões da história; mas também não são o sal da terra e a resposta para o Brasil".¹⁶³

É importante observar a clareza no “Plano de Poder” no que diz respeito à ocupação da religião na esfera pública. A ação não é fortuita, segue um projeto e são deliberadas para se alcançar o objetivo. O embate entre o bem e o mal, Deus e o diabo, serve ao discurso de incentivo à militância dos fiéis, à causa de dominação. A compreensão da ocupação territorial do antigo Israel segue como ilustração a tais grupos. O posicionamento da igreja frente a tal discurso tem sido de adesão, por parte da maioria. Eventos como a “Marcha para Jesus”, que recebe políticos e milhares de evangélicos e simpatizantes, são um exemplo do poder de mobilização.

A arrecadação financeira, movida pela teologia da prosperidade, tem como objetivo a manutenção e a expansão dos espaços conquistados. A propaganda acerca da prosperidade traz alívio aos ricos que são “abençoados”, para os pobres esta abordagem traz esperança. “Segundo Edir Macedo, Jesus veio pregar aos pobres para que estes se tornassem ricos”¹⁶⁴. O discurso sobre poder e riqueza nos remete a política. O espaço que tem sido ocupado por avidez pelo seguimento evangélico.

A bancada evangélica pode ser identificada por algumas características. Além fisiologismo, que marcou fortemente as bancadas evangélicas no anseio por concessões em meios de comunicação. Observa-se o maniqueísmo, que advém de uma perspectiva de divisão da realidade entre o bem e o mal, e que o liga à próxima característica, o fundamentalismo, que se justifica pela visão de batalha contra o mal. E, por fim, o ufanismo, uma percepção que coloca esse grupo em uma condição moral superior a outros, uma visão exagerada em relação a si mesma, que na prática não se justifica, diante dos escândalos políticos envolvendo seus integrantes.

A relação com o poder político pós-ditadura militar no Brasil pelos evangélicos influenciou para a concessão de canais de rádio e televisão. A ocupação deste espaço reconfigurou o cenário político e midiático no Brasil. A busca por concessões para pregar a Palavra de Deus, através de mídias eletrônicas, e até mesmo a apropriação de Edir Macedo de um canal de TV aberta, indicam o fortalecimento de

¹⁶³ FRESTON, Paul. *Religião e Política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa/MG: Ultimato, 2006. p.37.

¹⁶⁴ MACEDO, 2008, p.96.

tais grupos. O uso dos meios de comunicação possui um caráter político, ainda que seja desconhecido de quem os detém e não o faça com tal intenção.

Após a eleição da primeira bancada evangélica e a compra da Rede Record em 1990, a grande mídia secular passou a tratar esse grupo com certa hostilidade, principalmente os que estavam em maior exposição, como no caso de Edir Macedo. Os termos usados frequentemente estavam ligados à ilegitimidade como falso profeta, charlatão, fanáticos, etc. Documentários feitos por redes de televisão, como a Manchete, Rede Globo e diversas reportagens foram publicadas em revistas de circulação nacional, como a Veja e a Isto é. A grande mídia atribuía o fenômeno a falta de senso crítico das classes mais pobres, que aderiam à fé neopentecostal e à teologia da prosperidade. O foco de tais críticas não é casualidade, a exposição do fanatismo, mazelas e motivações consideradas indignas eram destacadas, a teologia não era debatida. Quanto aos fiéis, eram classificados ou como fanáticos ou como explorados indefesos¹⁶⁵.

Essa hostilidade inicial da mídia não anulou o crescimento do movimento neopentecostal. O investimento em seus políticos continuou, assim como o crescimento numérico de fiéis. O posicionamento diante de tais ataques e o de vitimização frente à “perseguição” é na verdade uma forma de inversão, colocando os críticos como sendo usados pelo capital e interesses comerciais, além do discurso maniqueísta, onde o que não está a favor de Deus, está contra, portanto, constitui-se um adversário.

Provavelmente, não há uma razão única pelo *status* noticioso dos pentecostais. Vários fatores se entrelaçam: às vezes são “aproveitados” como flanco exposto de um alvo maior. Outras vezes são vítimas, não de conspirações, mas de incompreensões, pois representam um novo estágio na história religiosa do país¹⁶⁶.

Incompreendidos ou perseguidos, um fato importante é o novo “estágio na história religiosa do país” e as implicações que advém dessa nova configuração. Os dados do Censo 2010 afirmam que 20% da população pertencem a esse grupo religioso. A relação dos evangélicos com o Parlamento indica que desde 2002 a cada eleição aumentam em 30% as cadeiras ocupadas.¹⁶⁷

¹⁶⁵ FRESTON, 1993, p.8.

¹⁶⁶ FRESTON, 1993, p.9.

¹⁶⁷ CUNHA, 2014, p.126.

Em 2015, na câmara dos deputados, atualmente, com 74 evangélicos que foram eleitos para o mandato de 2015 a 2019 e o presidente da câmara, Eduardo Cunha, da igreja Assembleia de Deus, estão comprometidos com a bancada evangélica. A ocupação desses espaços está próxima ao percentual da população que professa essa fé, em torno de 20%.

Esse seguimento social tem alcançado a presidência de comissões e ministérios e até mesmo da Câmara. O que não o difere de outras bancadas. A ocupação desse espaço influencia sensivelmente a aprovação das leis, e a condução do país. O perfil conservador dessa bancada religiosa intercambia com outras bancadas do mesmo padrão que dá apoio para defesa de políticas anacrônicas que tendem a manter ambiente social do país em descompasso com as demandas.

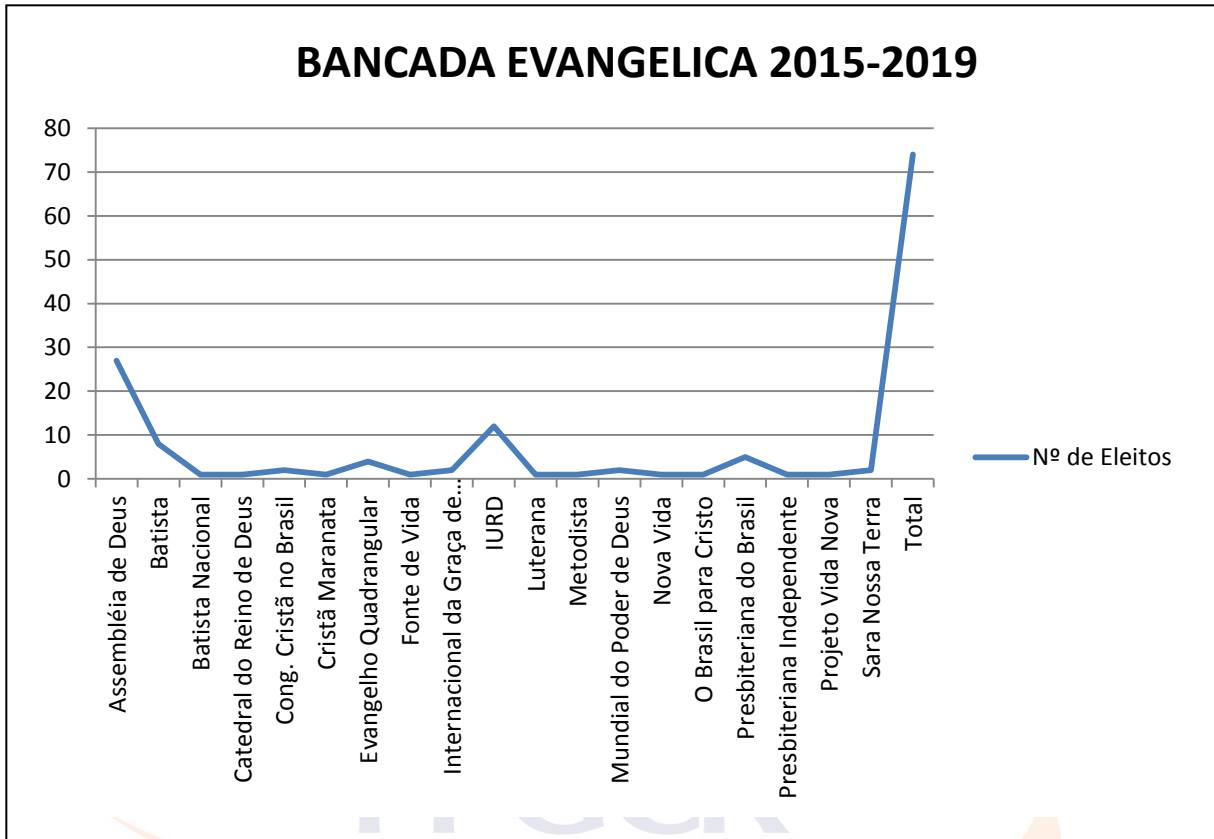
A bancada evangélica chama a atenção de outros grupos no cenário político, permitindo assim o intercâmbio de apoio e a capitalização de influência para se conseguir o devido apoio nas aprovações de projetos. A postura conservadora tem levado a confrontos enérgicos com os setores progressistas. A bandeira voltada para a defesa da moral cristã tem impedido setores ligados à defesa de projetos favoráveis aos homoafetivos de alcançar aprovação.

A visibilidade dada a esses debates ético-cristãos desvia a atenção de outras questões. Tal atenção, inclusive, é muito valorizada pela mídia. As eleições em 2010 e 2014 apesar das diferenças em termos de intensidade, exemplificam a atenção dada a temas dessa natureza nas eleições presidenciais.

O cenário político no Brasil de nossos dias considera os posicionamentos religiosos. Haja vista, o grande eleitorado que esse seguimento arrebanha. O crescimento numérico e midiático permite visibilidade constante. Os evangélicos possuem um perfil militante e atuam em seguimentos sociais que sensibilizam parte da sociedade. A recuperação de dependentes químicos e a pregação em favor de uma vida de afastamento dos vícios assegura certa credibilidade e admiração. Politicamente essas ações fortalecem o grupo e ajudam em seu crescimento.

O departamento intersindical de assessoria parlamentar contabiliza setenta e quatro membros da bancada evangélica. O que permitiu apresentar o seguinte gráfico:

Gráfico 1: Mandato 2015-2019 da Bancada Evangélica
 Fonte: Brasil (2015)



Faculdade Unida de Vitória

Considerando as três igrejas com maior número de candidatos eleitos destacamos a Assembleia de Deus que conta com 27 eleitos, a IURD com 12 e a Batista com 8. O número total de deputados federais é de 513. Ou, seja a bancada evangélica, somando as outras denominações, possui 14% das cadeiras, uma significativa participação do segmento. O gráfico aponta a hegemonia doutrinária inclinada ao pentecostalismo e ao neopentecostalismo. Se considerar os distintos ministérios que fragmentam a Assembleia de Deus, classificando cada facção como uma denominação distinta, podemos afirmar que a IURD, com sua teologia da prosperidade é hegemônica nessa bancada devido à sua unidade. O que não quer dizer necessariamente que tal teologia não pode ser adotada por líderes da Assembleia de Deus e de outras denominações. O que se conclui sob uma perspectiva ideológica, é que a bancada evangélica está comprometida com a ideia de posse de bens materiais como um favor divino, portanto de acordo com a fé desse seguimento, visíveis seriam as evidências das ações do Deus invisível em

favor dos creem na TP. O êxito político ou o crescimento representativo de tal seguimento autentica o que se prega e fortalece o discurso em favor da TP.

O crescimento numérico dos evangélicos, em especial os pentecostais, é uma progressão, considerando os deputados eleitos em 1982, ainda no contexto da ditadura, tem-se 12 eleitos, sendo apenas 2 pentecostais, já na eleição de 1986, temos 32 deputados, sendo 18 pentecostais. A Assembleia de Deus foi a denominação que conseguiu maior representação, com 13 deputados. Em 2002 a bancada evangélica teve 51 parlamentares, com 3 senadores eleitos e 49 deputados federais¹⁶⁸.

É importante observar o crescimento do segmento evangélico em sua totalidade, sem deixar de destacar a IURD, que em 1998 superou a Assembleia de Deus, maior denominação evangélica do país, com 17 deputados contra 12. Em 2002, dos 44 deputados federais eleitos, 14 eram provenientes da IURD e 3 tinham apoio da mesma, apesar de não serem membros. Já no caso dos deputados estaduais, o crescimento saltou de 6 para 26, e reeleitos os irmãos de Macedo. A soma total de votos chegou a 1,4 milhão, o que equipara a quantidade de votos que um partido médio como o PTB e o PDT recebe¹⁶⁹.

O seguimento evangélico teve sua ascensão interrompida em 2006, quando diminuiu para 32 deputados, 12 a menos em relação à eleição anterior, devido a escândalos ligados à máfia das ambulâncias, citado pela CPI dos “sanguessugas”. O prejuízo do escândalo rendeu a não eleição de 16 deputados envolvidos no esquema. Fora isso, a ascendência é contínua, chegando a 71 deputados em 2014.¹⁷⁰

No transcorrer das eleições houve oscilações no caso da IURD, não se mantendo uma ascendência contínua, em 2002 Marcelo Crivela é eleito Senador. Uma significativa conquista no espaço político para a IURD.

A IURD já aplicava estratégia política desde a década de 70, em nível regional. Em 1997, sua estratégia política implicava em “adotar o candidato oficial”

¹⁶⁸ SOUZA, André Ricardo de. *O desempenho político eleitoral dos evangélicos de 1986 a 2008*. Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH. Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009. p. 1. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/rbhr/o_desempenho_politico_eleitoral_dos_evangelicos.pdf> Acesso em: 23 out. 2015.

¹⁶⁹ SOUZA, 2009, p. 6.

¹⁷⁰ LOCATELLI, Piero; MARTINS, Rodrigo. *O poder dos evangélicos na política: Os evangélicos crescem com efeitos importantes na política, mas só Deus conhece o desfecho dessa história*. Carta Capital. [on-line]2014. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/revista/811/alem-do-misticismo-9696.html> Acesso em: 23 out. 2015.

para representar a os interesses da Igreja. Para isso, considerava-se a quantidade de membros (eleitores) de determinada região, os candidatos eram lançados em municípios e estados dependendo dos possíveis votos a seu favor. Essa tática é utilizada em todo o Brasil. A mídia, os cultos e os eventos de massa são utilizados para exposição eleitoral dos candidatos. Os pastores e bispos além de incentivarem, também ensinam os seus fiéis a votarem nos candidatos. O trabalho é racional, envolvem cálculos e estimativas de votos por candidatos¹⁷¹.

O sucesso político ocorre pelo arsenal midiático disponível. A IURD possui controle sobre 20 emissoras de televisão, 40 de rádio, gravadoras, editoras e a rede Record, a segunda maior do Brasil. Além disso, existe a compra de espaço em outras redes de televisão como Band, Rede TV e Gazeta, que vendem mais de 30 horas semanais para programas religiosos¹⁷².

O poder de que dispõe a IURD para a eleição de seus candidatos é evidente. E, historicamente fica evidente que políticos abandonados pela instituição comprometem seu sucesso político. Por isso,

Os parlamentares que perdem apoio da Igreja Universal ficam praticamente sem chances de êxito eleitoral. Alguns casos deixam esse fato bem evidente. Magaly Machado, eleita deputada estadual pelo (PFL-RJ) em 1994 e 1998 - a despeito de um reconhecido trabalho em favelas do Rio - perdeu apoio da igreja e não foi reeleita em 2002. O mesmo aconteceu com Valdeci de Paiva. No mesmo pleito, o antigo líder da igreja e apresentador de um programa popular na TV Record - Paulo de Velasco perdeu apoio da denominação e não foi reeleito¹⁷³.

A estratégia de ocupação de cargos é sofisticada e bem elaborada. O poder de aglomeração de fiéis (eleitores) e a característica militante transformam a igreja em um poderoso mecanismo político com poder eleitoral. A televisão, os cultos, os programas de rádio e a massa de fiéis eleitores garantem êxito eleitoral. Soma-se a isso a afinidade de evangélicos de outras denominações, que apesar das diferenças doutrinárias tendem a votar em algum político, também evangélico.

O relativismo e o pragmatismo inerentes a pós-modernidade se destacam na postura da IURD. As características citadas aproximam a Igreja das organizações de fins lucrativos. Devido ao carisma da organização religiosa muitos de seus fiéis se comprometem em votar nos candidatos da igreja. Esses votos por afinidade religiosa

¹⁷¹ SOUZA, 2009, p.6.

¹⁷² LOCATELLI; MARTINS, 2014, p.2.

¹⁷³ SOUZA, 2009, p. 7.

e política concede um caráter análogo às organizações capitalistas que financiam campanhas de políticos. A igreja reveste o candidato com uma aura de seriedade e compromisso, com princípios culturais e morais que fazem parte desde a colonização e investe em sua campanha materialmente.

Os evangélicos vêm participando de modo consistente de eleições presidenciais, em 2002 o candidato Anthony Garotinho ficou em terceiro lugar na disputa presidencial, em 2010 é a vez de Marina Silva também chega ao terceiro lugar na disputa presidencial repetindo essa colocação em 2014, chegando inclusive a ser apontada como a possível candidata para o segundo turno.

A democracia concede espaço para a participação de variados seguimentos da sociedade. Nessa condição se entende a Bancada Evangélica não como um regresso ao Estado Religioso, mas sim como uma expressão da liberdade de participação no Estado.

O Estado laico deve ser encarado como um ambiente de liberdade. Diferente do Estado confessional que se preocupa e interfere no comportamento religioso das pessoas. Deve-se entender o Estado laico como propício à liberdade religiosa¹⁷⁴.

O desenvolvimento da sociedade brasileira, em termos de democracia, permitiu que a nação, antes mesmo de se tornar república, separasse a igreja do Estado. A democracia não é compatível com perspectivas unilaterais.

O Decreto nº 119-A de 7 de janeiro de 1890, redigido por Ruy Barbosa, tratou de transformar o sistema de relação entre religião e Estado. Deixamos de ser um Estado confessional para ser um Estado Laico antes mesmo da primeira Constituição Republicana¹⁷⁵.

O crescimento da Bancada Evangélica não significa o regresso formal da atuação da igreja sobre o Estado, na democracia, tais grupos possuem o direito de existir e de se expressar como qualquer outro. A questões a serem respondidas são: a que serve todo esse conservadorismo? Quem se beneficia politicamente com as ações de tal grupo? A quem se aliam?

No ano de 2015 nota-se que a participação da religião na esfera pública cria tensões constantes no que diz respeito, principalmente, à liberdade individual. “Na

¹⁷⁴ SABAINI, Wallace Tesch. *Estado e Religião – Uma análise à luz do direito fundamental à liberdade de religião no Brasil*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2010.p.89.

¹⁷⁵ SABAINI, 2010, p.89.

verdade, a liberdade religiosa está visceralmente imbricada com a liberdade de pensamento, de modo que é inconcebível a existência de uma sem a outra”¹⁷⁶.

A Constituição Federal atual, no seu artigo 19, inciso I, que trata do direito fundamental da liberdade religiosa, aponta que o Estado brasileiro deve dentre outras coisas “não se pronunciar ou se envolver sobre questões religiosas”¹⁷⁷. É uma ação que resguarda a religião do Estado e assegura a liberdade, no entanto, essa relação não se aplica reciprocamente, ao menos em tese, com as bancadas religiosas. Obviamente a bancada evangélica não dita livremente suas propostas de leis, que devem passar por votação, mas quanto ao discurso, a percepção da realidade tende a ser unilateral.

O jogo democrático permite as tensões, as discussões e o partidarismo. Tais manifestações ocorrem no parlamento, independentemente das questões ligadas à religião. O fator a ser considerado está na prática de cidadania estabelecida no Brasil. A importância do assunto remete-nos a evolução social e ao desenvolvimento de leis para a realidade presente, o que proporciona a direção da evolução do ser humano enquanto cidadão.

O tema “descriminalização do aborto”, como um direito individual da mulher, é um exemplo de que os seguimentos evangélicos tendem a impor sua visão de mundo sobre o restante da população. A liberdade de expressão e de opinião faz parte da democracia, as leis produzidas na Câmara dos deputados devem atender não apenas a uma parcela da sociedade. A imposição ou impedimento de leis coloca um grupo (Bancada Evangélica) como opressor de seguimentos da sociedade que não possuem o mesmo credo, sendo, portanto, uma violação da liberdade de crença.

O êxito contra o PL 122, que dentre muitas questões buscava assegurar direitos aos homossexuais, se dá não apenas pela quantidade de representantes de um seguimento religioso, mas também pela cultura cristã herdada desde a colonização do país. Todo o conservadorismo dessa bancada tem a ver com a concepção de nossa realidade brasileira. O pensamento cristão moldou a cultura atual, os santos católicos estão em toda parte, em monumentos como o Cristo Redentor, nas igrejas históricas centenárias, em templos como o da Aparecida do

¹⁷⁶ SANTOS JUNIOR, Aloísio Cristovam dos. *A liberdade de organização religiosa e o Estado Laico brasileiro*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2007. p.38.

¹⁷⁷ SABAINI, 2010, p. 90.

Norte ou como no Templo de Salomão, a quantidade de feriados, os nomes de cidades em homenagem aos santos são comuns.

A exposição das igrejas evangélicas no cenário nacional, assim como a religião em geral, tem sido noticiada frequentemente nos últimos anos, seja pela ação política ou até mesmo por suas obras faraônicas como o Templo de Salomão, esse construído por Edir Macedo, em São Paulo. A participação política, tanto desse seguimento da sociedade, como os demais, implica em prática cidadã que precisa ser melhor elaborada na realidade brasileira atual.

A Constituição Cidadã de 1988 criou um clima de esperança e recomeço, pois no início da década de 1990, a ideia de cidadania popularizou-se pela expectativa de um novo status para o povo. A cidadania envolvia não apenas direitos e deveres, mas virtudes e atitudes em favor da coletividade “A sociedade civil é, de certa forma, a expressão institucionalizada da luta dos cidadãos para dar forma e eficácia à cidadania, e sua presença é sinal de uma cidadania ativa e participativa, bem além do mero voto.”¹⁷⁸

O termo “cidadania” no Brasil está no campo conceitual de modo subjetivo e não claramente definido. O termo é milenar foi cunhado no ocidente, e, remete-nos aos tempos da Roma antiga e Atenas. A expressão é revisitada nas Revoluções americana e Francesa. A perspectiva liberal do termo advém desse ambiente e consequentemente influenciou a Constituição Imperial de 1824, marcando a história constitucional do país.¹⁷⁹

A cidadania em sua base trabalhou a liberdade, a participação política e a igualdade contra a opressão, a injustiça, a humilhação de grupos e minorias e aos indivíduos singulares. Theodor H. Marshall destacou como componentes da cidadania os direitos civis, políticos e sociais¹⁸⁰. No Brasil esses componentes não se alinharam ao longo da história.

O Brasil experimentou períodos instáveis no âmbito político, em que o autoritarismo e a democracia alternaram. O desenvolvimento da democracia brasileira constitui esse traço que compromete a formação de um conceito de

¹⁷⁸ SINNER, Rudolf Von. Igrejas e Democracia no Brasil. In: ROSA, Wanderley Pereira; RIBEIRO, Osvaldo Luiz (Org). *Religião e Sociedade (Pós) secular*. Santo André/São Paulo: Academia Cristã; Vitória/ES: Editora Unida, 2014. p. 251-252.

¹⁷⁹ SINNER, 2014, p. 253.

¹⁸⁰ NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Em Defesa da política*. São Paulo: Editora Senac, 2001. p. 86-87.

cidadania. A versão adotada pode ser denominada de cidadania liberal, onde prevalece os fatores econômicos sobre os políticos e sociais.¹⁸¹

A ampliação dos direitos foi progressiva e desenvolveu-se ao longo da história. No Estado novo, pode-se destacar a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, trazendo, assim, as proteções trabalhistas. E também a criação dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio.

A cidadania praticada no Brasil é de cunho legislativo, pois fala apenas dos direitos e dos deveres. A participação, o debate e a iniciativa de cunho popular não é exercido como parte da mesma. A Constituição de 1988 nos fala de plebiscito, referendo e iniciativa popular, o que não se praticou nos últimos 27 anos com exceção de 1993 e 2005, quando a população foi consultada acerca da forma de governo e o comércio de armas¹⁸².

A participação da sociedade frente ao Estado, de modo mais efetivo, deve ser incentivada para melhor desenvolvimento da democracia. Apesar dos movimentos sociais e demais instituições confrontarem o Estado, reivindicando melhorias para o funcionamento do mesmo, percebe-se que a maior parte da população recebe socialmente menos do que deveria.

A sociedade civil pode ser compreendida pela sua relação entre cidadãos que compõe as instituições sociais, pois a sociedade civil é constituída por organizações com ou sem fins lucrativos. Os cidadãos que a ela integram visam agir como um contraponto em relação ao Estado. É composta por diversas organizações e expressões sociais.¹⁸³

O conceito ganhou conotação política peculiar na América Latina, dos anos 70 para cá. Tornou-se típica da região a expressão sociedade civil organizada, referindo-se ao fenômeno de participação crescente dos cidadãos em assuntos antes exclusivos à esfera pública, na defesa da justiça social e na promoção de causas de interesse geral.¹⁸⁴

A participação da população não tem se efetivado, apesar dos mecanismos disponíveis. Deve-se entender que a cidadania é mais que direitos e deveres, pois deve garantir dignidade e acesso público a condições de sobrevivência. A cidadania

¹⁸¹ NOGUEIRA, 2001, p. 89.

¹⁸² SINER, 2014, p.257.

¹⁸³ OLIVEIRA, Anna Cynthia; HADDAD, Sérgio. As organizações da sociedade civil e as ONGS de Educação. Cadernos de Pesquisa, nº 112, p. 61-83, março/ 2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/n112/16101.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2015. p.62.

¹⁸⁴ OLIVEIRA; HADDAD, 2001.p. 62.

é o meio para tornar o conceito “idealizado” de Estado, formulado pela Constituição, em realidade, mesmo que a efetivação esteja longe. A Constituição é uma referência para a materialização do ideal.

A atuação da bancada evangélica reflete uma conceituação de cidadania pautada em valores comprometidos com sua profissão de fé, o que gera conflito com seguimentos de crenças diferentes. A melhor elaboração de cidadania e sua prática permitiriam menos embates com outros grupos que compõe nossa sociedade. No Brasil, não se pratica a cidadania em sua plenitude, pois, se fosse o contrário, o poder hegemônico estaria comprometido. O conceito atual de cidadania é ideologizado em favor das classes dominantes.

Há falha decorrente do atraso em se construir uma cultura cidadã que considere a dignidade humana, e não apenas os direitos e deveres. Não é exclusividade da bancada evangélica, a maior parte da população não sabe como definir cidadania, o assunto comumente é entendido pelo viés dos direitos e deveres, dificilmente se amplia esse conceito. Esse conceito simplista acaba por restringir o pensamento e a expressão de minorias quanto à dignidade humana e o respeito à diversidade brasileira.

CONCLUSÃO

Por meio da investigação, pode-se concluir que as teorias utilizadas para descrever a relação da religião com a sociedade, no primeiro capítulo, possuem similaridades. Tanto a “Secularização” quanto a teoria da “Escolha Racional” utilizam como paradigma a linguagem econômica. A forma como se descreve a relação entre religião, Estado e mercado apontam para uma perspectiva com leitura de tendência liberal. Ou seja, ideologicamente comprometida com as elites da sociedade brasileira e com o sistema capitalista.

Esse paradigma mostra a força ideológica na formação da cultura, sistemas político-econômico e religioso. A pós-modernidade como face cultural do capital e o neoliberalismo como a face política apontam para a religião neopentecostal como produto de um sistema cujo ideal e a máxima entende-se por lucro, sendo um exemplo expressivo dessa realidade a Teologia da Prosperidade.

No Brasil, percebe-se que, por influência europeia iluminista, a ideologia hegemônica é o liberalismo. As elites da nação buscavam formação acadêmica na Europa a França era referência e muito influenciou os brasileiros. A educação, tanto a recebida fora do país quanto a adotada no país, reproduziam os preceitos do liberalismo.

A primeira parte do trabalho mostra, que a finalidade da Teologia da Prosperidade está ligada a determinações sociais previamente estabelecidas, e que as correntes ligadas à Sociologia da Religião, utilizadas na investigação, possuem limitações devido à ausência de fundamentação empírica. As correntes trabalhadas descrevem o fenômeno tendo como base apenas no “Imperialismo Econômico”. O que constitui um desafio para a ampliação da pesquisa considerando que nem toda religião se adequa a esse olhar.

No segundo capítulo, é constatado que a sociedade brasileira é um campo fértil para a assimilação da TP, considerando sua história e ideologias adotadas pelas classes políticas que comandavam e comandam a nação. A TP reproduz valores capitalistas, utilizando vestimentas de religiosidade. Ao seguir, o impulso produzido pela cultura neoliberal, os proponentes da TP, que em grande parte compõe a bancada evangélica, não assumem posição de contestação, mas uma posição não-crítica à política e a sociedade onde se desenvolve.

O espaço político ocupado pela bancada evangélica atesta a ideia de que tais religiosos seguem uma visão conservadora e comprometida com o sistema. Os proponentes da TP se servem do sistema capitalista, sua linguagem e seus formatos. Seguindo a tendência mundial de globalização.

O consumismo na sociedade brasileira sinaliza a materialização da prática neoliberal. Em termos de sistema econômico, é um indício da materialização do ideário hegemônico. Por outro lado, a TP promove o consumo como um sinal da benção de Deus sobre o fiel. O que nos permite afirmar a existência de assimilação e reprodução dos valores capitalistas.

O segundo capítulo apresenta a Teoria da Dependência e as configurações sociais presentes na história do país, o que ajuda a perceber a assimilação da TP. As crises na saúde, violência, recessão econômica permitem a efervescência religiosa. A proposta de prosperidade em um ambiente social mergulhado em problemas que comprometem a subsistência se torna atrativa e reforça o apelo da TP o que fomenta a adesão a tal seguimento religioso.

A relação entre política, ideologia e religião no Brasil tem se configurado como um alinhamento comum. Todas essas instâncias sociais, na verdade, estão ligadas às relações de poder e controle social. A postura progressista tende a mover estruturas sociais, o que pode atingir o espaço dos grupos religiosos estudados. A manutenção da plausibilidade do discurso religioso neopentecostal faz com que haja a admissão de postura pragmática. Para não cair na obsolescência os grupos neopentecostais buscam formar uma cultura religiosa compatível com o que se vê na sociedade em geral.

No terceiro capítulo mostra-se a relação entre a religião e a política. O contexto remete a modernidade, no período em que o absolutismo e o poder religioso estava para desassociar-se do Estado. Em nossos dias, apesar do Brasil ser uma nação laica, o discurso religioso tem se tornado mais comum no ambiente parlamentar. A grande quantidade de políticos religiosos e o próprio crescimento demográfico dos evangélicos sinalizam a ocupação do espaço político.

A posição de Edir Macedo, quanto ao envolvimento dos evangélicos, indica um projeto dado ao exercício do poder. A ideia de dominação política é claramente identificada pelo discurso e pela prática do líder da IURD. O posicionamento militante em época de eleições demonstra o interesse em não perder oportunidades de ocupar espaços políticos.

O evento anual “Marcha para Jesus”, ano após ano, arrebanha milhares de participantes, e a presença de políticos ligados a setores conservadores da sociedade. O que evidencia a existência de uma relação de interesses e a capitalização de influência política pelos políticos evangélicos, o que é comum e em nada difere de quaisquer grupos ligados à política a não ser pela bandeira moral e religiosa. Os políticos evangélicos servem como representantes de uma parcela da sociedade, mas fazem o mesmo jogo político, o que naturaliza e reproduz a estrutura política vigente.

Na bancada evangélica a hegemonia é neopentecostal, o que sugere uma linha de políticos que se posicionam de maneira conservadora. Diante do contexto político em que se encontra a bancada evangélica e seu posicionamento acerca de questões controvertidas em relação ao discurso moral, a cidadania surge como um caminho a ser desenvolvido. A bancada evangélica, assim como outras bancadas, necessita de ampliar o conceito de cidadania. Que atualmente destaca os direitos civis em detrimento dos políticos e sociais.

É necessário desenvolver o conceito de cidadania nos variados setores da sociedade, buscando uma versão ampliada que venha a tratar dos direitos, mas também das questões ligadas à subjetividade, dignidade e individualidade, objetivando o desenvolvimento social. A cidadania no Brasil é vivenciada de modo parcial privilegiando grupos específicos que detém o conhecimento dos meios legais para usufruir dos benefícios do Estado. A não socialização da informação prejudica a parcela menos favorecida da população. O que aponta para a precarização dos direitos sociais que compõe a cidadania.

A bancada evangélica reproduz, assim como a TP, valores que favorecem a manutenção do capital. Assim, entende-se que a TP atende ao apelo cultural produzido socialmente e a secularização se apresenta como uma forma de atualização para a manutenção da religião.

A visão apologética maniqueísta influencia a postura de tal segmento, o que aponta para a necessidade de assimilação de uma melhor noção de cidadania. O que desafia a uma nova pesquisa, a qual trataria da relação entre a “Bancada Evangélica e a Cidadania no Brasil”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Org: Niemeyer Almeida Filho. Brasília: Ipea, 2013.

ALVES, Rubem. *O Suspiro dos Oprimidos*. São Paulo: Paulus, 1999.

_____. *Por uma Teologia da Libertação*. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

ANDERSON, Perry. *Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias*. São Paulo: Boitempo, 2012.

AVILA, Róberlturriet. Construção do homo economicus e a sua necessária desconstrução. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 309-336, dez. 2014. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios>. Acesso em: 19 de junho 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete (orgs). *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BERGER, Peter L. *O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da Religião*. São Paulo: Paulus, 1985.

BERGER L. Peter. A dessecularização do mundo: Uma visão global. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, 21(1): 9-24, 2000 (p.10-11). Acesso do em: <http://www.iser.org.br/religiooesociedade/pdf/berger21.1_2000.pdf> Disponível em: 19 de junho de 2015.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BUCKINGHAM, Will et al. *O livro da filosofia*. São Paulo: Globo, 2011.

BURITI, Joanildo. *Fé na Revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1961- 1964)*. Rio de Janeiro: Novos Passos, 2011.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, Templo e Mercado*. Petrópolis/RJ: Vozes; São Paulo: Simpósio Editora e Universidade Metodista, 1997.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. A atual ideologia conservadora e o capitalismo contemporâneo: uma crítica à teoria pós-moderna neoliberal. In: Encontro Nacional de Economia, 36, 2008, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: ANPEC, 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807091134410-.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

CARCANHOLO, Reinaldo A. *Capital: Essência e Aparência*. São Paulo Expressão Popular, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-2581997000200003&script=sci_arttext> Acesso em: 24 de março de 2015.

CESAR, Waldo; SHAULL, Richard. *Pentecostalismo e futuro das Igrejas Cristãs*. RJ: Vozes, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Intervenções: O marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil*. 4. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CUNHA, Magali do Nascimento. Protestantismo e Sociedade Brasileira: Caminhos, Descaminhos e Perspectivas da Trajetória Evangélica no Espaço Público In: ROSA, Wanderley Pereira; RIBEIRO, Osvaldo Luiz (Org). *Religião e Sociedade (Pós) Secular*. Santo André/São Paulo: Academia Cristã; Vitória/ES: Editora Unida, 2014.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do Popular: Movimento Popular e participação Política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dupará, 1995.

EVANGELISTA, João Emanuel. *Teoria Social Pós-Moderna: Introdução Crítica*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

FERNANDES, Florestam. *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o "poder institucional"*. São Paulo: HUCITECP. 1976.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação Sociologia*. São Paulo: Globo, 2006.

FIORIM, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática. 1998.

FONSECA, Alexandre Brasil. *Relações e Privilégios: estado, secularização, e diversidade religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos Editora, 2011.

FRIGERIO, Alejandro. *O paradigma da escolha racional: mercado regulado e pluralismo religioso*. pp. 17-39, Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n2/02.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2015.

FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. 1993.

_____. *Religião, Política sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa/MG: Ultimato, 2006.

GHIRALDELLI Junior, Paulo. *Filosofia e História da Educação Brasileira*. Barueri/SP: Manole, 2003.

GRISSAULT, Katy. 50 autores-chave de filosofia... e seus textos incorrigíveis. Petropolis: Vozes, 2012.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo/SP: Loyola, 1997.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2013.

HINKELAMMERT, Fraz J. *Crítica à Razão Utópica*. São Paulo: Paulinas, 1988.

LIMA, Diana. *Trabalho, mudança de vida e prosperidade entre fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus*. *Religião & Sociedade* v. 27, p. 132-155, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rs/v27n1/a06v27n1> Acesso em: 19 de junho de 2015.

LIMONGI, Fernando. Fernando Henrique Cardoso: teoria da dependência e transição democrática. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, n.94, Nov. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000300012> Acesso em: 19 de junho 2015.

LOCATELLI, Piero; MARTINS, Rodrigo. *O poder dos evangélicos na política: Os evangélicos crescem com efeitos importantes na política, mas só Deus conhece o desfecho dessa história*. *Carta Capital*. [on-line]2014. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/revista/811/alem-do-misticismo-9696.html> Acesso em: 23 de outubro de 2015.

MACEDO, Edir. *Nos passos de Jesus*. Rio de Janeiro: Gráfica Universal, 1993.

_____. *Plano de Poder – Deus, os Cristãos e a Política*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil. 2008.

MARTINS, Carlos Eduardo. *O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as Ciências Sociais*. In: Niemeyer Almeida Filho (Org) *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.

MARTINS, Paulo Henrique. *A cultura política do patriarcalismo*. *Estudos de Sociologia – Revista do programa de pós graduação em sociologia da UFPE*. Volume I, nº 1, 1995. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/322>. Acesso em: 19 de junho de 2015.

MARIANO, Ricardo. *Sociologia da Religião e seu foco na secularização* In: USARSKI, Frank; PASSOS, João Daécio (org). *Compendio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2013.

MARIÁTEGUI, José Carlos, *Sete ensaios de interpretação da realidade Peruana*. São Paulo: Expressão Popular LTDA, 2008.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARIZ, Cecília Loreto. *Secularização e dessecularização: comentários a um texto de Peter L. Berger*. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 21(1): 25-39, 2000. Disponível em: <http://www.iser.org.br/religioesociedade/pdf/mariz21.1_2000.pdf> Acesso em: 19 de junho de 2015.

MÉZÁROS, István. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MONTESQUIEU, *O Espírito das Leis*. São Paulo: Ed. Nova Cultural. Volume 1, 1997.

NISKIER, Arnaldo. *Filosofia da Educação: Uma visão Crítica*. Rio de Janeiro: Consultor, 1992.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Em Defesa da política*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

OLIVEIRA, Anna Cynthia; HADDAD, Sérgio. As organizações da sociedade civil e as ONGS de Educação. *Cadernos de Pesquisa*, nº 112, p. 61-83, março/ 2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/n112/16101.pdf> Acesso em: 2 de janeiro de 2015.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Vida, 1977.

PRADO Jr, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PEREIRA, Célia Barbosa da Silva. *O caráter político-pedagógico dos movimentos populares de bairro da Grande São Pedro: Avanços e recuos sob o imperativo da ordem capitalista*. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

SABAINI, Wallace Tesch. *Estado e Religião – Uma análise à luz do direito fundamental à liberdade de religião no Brasil*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2010.

SAMPAIO JR, P.S.A, *Entre a Nação e a Barbárie: Uma leitura da contribuição de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente*. Tese (Doutorado em Economia Aplicada), Programa de pós-Graduação em Economia, UNICAMP, 1997. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000122819>> Acesso em: 19 de junho de 2015.

SANTANA, Joana Valente. *Gestão de Cidades no Brasil*. Campinas/SP: Papel Social, 2013.

SANTOS JUNIOR, Aloísio Cristovam dos. *A liberdade de organização religiosa e o Estado Laico brasileiro*. São Paulo/SP: Editora: Mackenzie, 2007.

SINNER, Rudolf Von. Igrejas e Democracia no Brasil: In: ROSA, Wanderley Pereira; RIBEIRO, Osvaldo Luiz (Org). *Religião e Sociedade (Pós) Secular*. Santo André/São Paulo: Academia Cristã; Vitória/ES: Editora Unida, 2014.

SOUZA, André Ricardo de. *O desempenho político eleitoral dos evangélicos de 1986 a 2008*. Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH. Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009. Disponível em <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>> Acesso em: 23 de outubro de 2015.

SOUZA, Bertone de Oliveira. *Teologia da Prosperidade e a redefinição do protestantismo brasileiro: Uma abordagem a luz da análise do discurso*. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano IV, n. 11, Setembro 2011. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf10/12.pdf>> Acesso em: 19 de junho de 2015.

SOUZA, Etiane Caloy Bovkalovski de; MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. *Pentecostais: entre a fé e a política*. Revista Brasileira de História, vol. 22, nº 43, 2002, p. 87. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 7 de outubro de 2015.

TELO, Fabricio; DE DAVID, Cesar. O rural depois do êxodo: as implicações do despovoamento dos campos no distrito de Arroio do Só, município de Santa Maria/RS, Brasil. *Mundo agr.*, La Plata, v. 13, n. 25, dic. 2012 . Disponível em:<http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-59942012000200005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 19 março de 2015.

SCHLAMELCHER, Jens. Teorias econômicas no estudo da religião. In: USARSKI, Frank; PASSOS, João Daécio (org). *Compendio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2013.

SUNG, Jung Mo. *Desejo, Mercado e Religião*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

VÁZQUEZ, Sánches Adolfo. *Filosofia da Práxis*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2004.